



25 DE NOVEMBRO DE 2015

Quarta-feira

- LEI ESTADUAL DEFINIU QUE 19 DE DEZEMBRO NÃO É FERIADO - DECIDE 5ª TURMA DO TRT-PR
- 19 DE DEZEMBRO NÃO É FERIADO NO PARANÁ, DEFINE TRT
- PREÇOS DA INDÚSTRIA SOBEM 1,77% EM OUTUBRO, DIZ IBGE
- DECISÃO DA FORD DE RESTRINGIR PRODUÇÃO EM CAMAÇARI AFETARÁ 2 MIL TRABALHADORES
- CRISE EXTINGUE 3º TURNO NAS MONTADORAS
- INDÚSTRIA REAGE À PROTEÇÃO AO AÇO
- LEILÃO 'CONSAGRA' REPASSE DE CUSTOS DO SETOR ELÉTRICO AO CONSUMIDOR
- GRANDE CURITIBA TEM A 2.ª MENOR TAXA DE DESEMPREGO DO BRASIL
- BELO MONTE RECEBE AVAL PARA OPERAR
- BRASIL ESTUDA ADIAR ALTA DO SALÁRIO MÍNIMO PARA REDUZIR DÉFICIT, DIZEM FONTES
- APOSENTADORIA PELO INSS? VEJA QUANTO O GOVERNO IRÁ TE PAGAR
- GRUPO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS SUSTENTA ALTA DO INCC-M EM NOVEMBRO
- COMO OS SISTEMAS DE GESTÃO OTIMIZAM A OPERAÇÃO DO eSOCIAL
- COMISSÃO ANALISA PROJETO QUE FACILITA MINERAÇÃO NA FAIXA DE FRONTEIRA
- ANTAQ DIZ QUE PODE APROVAR TRANSFERÊNCIA DO TECAR, DA CSN, À CONGONHAS MINÉRIOS
- VENDAS DE COMBUSTÍVEIS NO BRASIL RECUAM 5,8% EM OUTUBRO POR CRISE ECONÔMICA
- VENDAS DE AÇOS PLANOS POR DISTRIBUIDORES NO BRASIL CAEM 24,6% EM

OUTUBRO

- MINÉRIO DE FERRO CAI À MÍNIMA DE 10 ANOS NA CHINA COM CRISE NO MERCADO DE AÇO
- CONFIANÇA DO CONSUMIDOR SOBE, MAS SEGUE EM NÍVEL 'EXTREMAMENTE BAIXO'
- NO ÚLTIMO COPOM DO ANO, JURO DEVE FICAR ESTÁVEL PELA 3ª VEZ SEGUIDA
- SENADO APROVA MP QUE AUMENTA TARIFA DE LUZ EM CASO DE ESTIAGEM
- IMPORTAÇÃO DE CHAPAS PARA TAMPAS DE LATINHAS CAI 91%
- ARTIGO: O BRASIL ESTUPORADO
- ARTIGO: OXIGENAÇÃO
- DASSAULT SYSTÈMES ANUNCIA PARCERIA COM GRUPO BLUENOVE
- CAMEX ALTERA PARA 2% ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE BENS DE INFORMÁTICA E DE CAPITAL
- ANEEL APROVA TEXTO SOBRE MICROGERAÇÃO E MINIGERAÇÃO DISTRIBUÍDA DE ENERGIA
- 79% DOS EMPRESÁRIOS ENTREVISTADOS DEMITIRAM EM 2015, MOSTRA PESQUISA DA CNT
- O 1º TRIMESTRE DE 2016 SERÁ A HORA DA VERDADE
- VALE LEVAVA REJEITOS PARA BARRAGEM DA SAMARCO QUE SE ROMPEU
- PEUGEOT LANÇA CAMPANHA CÂMBIO AUTOMÁTICO GRÁTIS PARA 208
- QUEDA DO MINÉRIO DE FERRO PRESSIONA GIGANTES DA MINERAÇÃO, COMO A VALE
- PSA PEUGEOT CITROËN FIRMA PARCERIA COM TRANSPORT & ENVIRONNEMENT
- FABRICANTE DE CHIPS MICROSEMI COMPRA PMC-SIERRA
- NELSON BARBOSA DEFENDE MAIS INVESTIMENTOS
- PRODUÇÃO CAI E ESTOQUES DA INDÚSTRIA SE MANTÊM ELEVADOS

| CÂMBIO Em 25/11/2015 | | |
|---------------------------------------|---------------|--------------|
| | Compra | Venda |
| Dólar | 3,768 | 3,769 |
| Euro | 3,987 | 3,991 |

Fonte: BACEN

Lei estadual definiu que 19 de dezembro não é feriado - decide 5ª Turma do TRT-PR

25/11/2015 – Fonte: TRT



Os desembargadores da 5ª Turma do TRT do Paraná negaram o pedido de reconhecimento do dia da Emancipação Política do Paraná (19/12) como feriado estadual, formulado em uma Ação Civil Pública movida pelo Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba.

Os magistrados consideraram que Lei Estadual nº 18.384, publicada no final de 2014, revogou a lei anterior e pôs fim aos questionamentos sobre o assunto, estabelecendo que a data não é feriado. A decisão de segunda instância, da qual cabe recurso, confirmou o entendimento do juiz Fabrício Nicolau dos Santos Nogueira, da 8ª vara de Curitiba.

A discussão tinha como base a Lei Estadual nº 4.658/62, que, apesar de ter instituído o feriado em comemoração à Emancipação Política do Estado, não dispôs expressamente que o dia constitui a Data Magna do Estado do Paraná, como exige o artigo 1º, inciso II, da Lei Federal 9.093/1995 para considerá-lo feriado civil.

O objetivo do sindicato era de que, reconhecido o feriado, as empresas liberassem os empregados de prestar serviços neste dia ou remunerassem os funcionários em dobro pelas horas trabalhadas.

O juiz da 8ª Vara negou o pedido, enfatizando que o reconhecimento do dia 19/12 como feriado poderia causar prejuízo aos empregadores caso o Legislativo estadual fixasse posteriormente outra Data Magna do Estado, por meio de nova lei. Deste modo, o Paraná passaria a contar com mais um feriado sob a mesma justificativa.

Os magistrados da 5ª Turma, que analisaram o recurso, entenderam que a regulamentação da data comemorativa pela Lei Estadual nº 18.384/2014, de 17 de dezembro do ano passado, pôs fim ao debate, consagrando a data da emancipação política do Estado do Paraná e esclarecendo, em seu art. 1º, que não se trata de feriado civil.

"Registre-se que a Lei Estadual 18.384/2014 não extrapolou a sua competência, excluindo feriado civil, até porque o dia 19 de dezembro não era considerado a Data Magna pela Lei 4.658/62. (...).

Após a edição da referida lei, não há margem para duas ou mais interpretações acerca do feriado estadual do dia 19 de dezembro no Estado do Paraná", afirmaram os magistrados.

Foi relator do acórdão o desembargador Sergio Guimarães Sampaio. Clique [AQUI](#) para acessar a íntegra do acórdão referente ao processo 45818-2014-008-09-00-7.

OBS. SINDIMETAL: O SINDIMETAL/PR informa que foi interposta ação similar pelo SMC contra o SINDIMETAL/PR; que foi obtido êxito na primeira instância não sendo reconhecido o feriado e, atualmente, tal ação encontra-se aguardando julgamento de recurso interposto pelo SMC na mesma 5ª Turma do TRT-PR.

19 de dezembro não é feriado no Paraná, define TRT

25/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Os desembargadores da 5.ª turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) negaram o pedido de reconhecimento do dia da Emancipação do Paraná – 19 de dezembro – como feriado estadual. O pedido foi formulado em uma Ação Civil Pública pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Curitiba (SMC). A decisão é de 12 de novembro.

A lei estadual aprovada no Paraná em 1962 – que definia 19 de dezembro como sendo feriado estadual – foi revogada no final do ano passado. A data marca a emancipação política do estado do Paraná. Nesse dia o ponto será facultativo para as repartições públicas.

De acordo com o sindicato, o objetivo era reconhecer o feriado para que as empresas liberassem seus funcionários ou pagassem o dobro pelas horas trabalhadas.

Relembre o caso

O assunto foi motivo de polêmica em 2014. O Ministério Público do Paraná (MPT-PR) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) inicialmente tinham confirmado que 19 de dezembro seria feriado estadual.

À época, o feriado ainda valia devido a uma decisão de uma das sete turmas do TRT. O tribunal julgou um recurso ordinário proveniente da 2ª Vara do Trabalho de Pato Branco no Paraná impetrado pelo sindicato dos empregados e de veículos da cidade.

Contudo, apesar da decisão do MPT e do Tribunal Regional em Pato Branco, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovou em primeira e segunda instância a nova Lei Estadual nº 18.384 e pôs fim ao feriado. Diversos sindicatos profissionais de todo o estado recorreram à Justiça para garantir o feriado, mas não houve nenhum acordo jurídico sobre o projeto de lei.

De acordo com a Alep, a data trata-se de um feriado que abarca somente as repartições públicas do estado e não é considerada como data magna do Estado do Paraná, por isso não é considerada feriado civil no Paraná.

Com a revogação da lei nº 4.658, que a instituía como feriado obrigatório no Paraná, o novo projeto foi apresentado pelo então presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni (PSDB). O governador Beto Richa (PSDB) sancionou a nova lei três dias após o projeto de revogação do feriado.

Preços da indústria sobem 1,77% em outubro, diz IBGE

25/11/2015 – Fonte: G1

Os preços da indústria subiram 1,77% de setembro para outubro, segundo informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro, de acordo com dado revisado, a alta fora de 2,99%.

No ano até outubro, o avanço acumulado é de 9,67%. O acumulado em 12 meses foi de 10,90%, o maior da série, que teve início em janeiro de 2014.

O Índice de Preços ao Produtor mede as mudanças nos preços de oferta do Brasil. Portanto, é um acompanhamento da variação média dos preços de produção de bens e serviços.

Segundo Manuel Campos Souza Neto, técnico do IPP, um dos principais motivos para os preços da indústria terem mostrado um valor menor ao apresentado em setembro é a valorização do dólar. No nono mês do ano, de acordo com ele, a moeda americana subiu cerca de 11% frente ao real, enquanto em outubro, houve redução de 0,7%.

“É um dos principais motivos para o resultado”, explicou. “No ano, o dólar variou 47% em 2-15 até outubro, e 12 meses, foi 58,5%”. Os preços são medidos na “porta da fábrica”, mas quando sobem ou caem acabam refletindo no varejo.

Entre as 24 atividades das indústrias extrativas e de transformação, 17 mostraram preços mais altos, contra 22 no mês anterior. As quatro maiores variações partiram de bebidas (9,62%), perfumaria, sabões e produtos de limpeza (4,31%), madeira (-3,27%) e produtos de metal (3,02%).

Já os setores de maior influência foram alimentos, outros produtos químicos, papel e celulose e veículos automotores.

"Os preços dos produtos alimentares subiram 2,79%, em relação a setembro. Este resultado, próximo da metade do observado em setembro (5,47%), elevou o acumulado no ano para 13,21%, resultado que é o maior desde dezembro de 2012 (14,86%) — ou seja, de 2012 em diante, o resultado atual só é menor do que um anual (de 2012). Em relação a outubro de 2014, os preços estão 15,20% maiores, o maior resultado nesta comparação desde setembro de 2012 (15,36%)."

Em outubro, os preços de bens de capital subiram 0,30%; os de bens intermediários, os de bens intermediários, 1,71%, e os de bens de consumo, e 2,27%. Nos bens de consumo duráveis, a variação foi de 0,53% e na de bens de consumo semiduráveis e não duráveis, de 2,81%.

Decisão da Ford de restringir produção em Camaçari afetará 2 mil trabalhadores

25/11/2015 – Fonte: EM.com

A decisão da Ford de encerrar as atividades de produção do turno da noite em uma fábrica na Bahia, anunciada na tarde desta terça-feira, 24, afetará cerca de 2 mil trabalhadores, entre funcionários da própria Ford e sistemistas (fornecedores), informou hoje a montadora, por meio de sua assessoria de comunicação. A fábrica fica na cidade de Camaçari e conta hoje com 4.712 empregados.

A empresa, no entanto, ainda não sabe o que vai acontecer com o excedente de trabalhadores, se serão demitidos, se entrarão em férias coletivas ou se serão cadastrados no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), do governo federal.

As empresas que aderem ao programa podem reduzir a jornada de trabalho dos funcionários em até 30%, com diminuição dos salários no mesmo nível. Metade da perda salarial é compensada pelo governo.

A promessa da montadora, por enquanto, é utilizar "todas as ferramentas possíveis para tratar do excedente da força de trabalho na fábrica". As negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari já começaram.

A Ford atribuiu a decisão de encerrar a produção no terceiro turno à "significativa desaceleração do mercado automotivo" em 2015, que resultou em uma queda no volume produzido pela fábrica. A unidade tem capacidade para produzir 250 mil veículos por ano.

Caminhando para terminar o ano com o pior nível de vendas desde 2007, o setor automotivo já demitiu pelo menos 37,8 mil trabalhadores em 2015, sendo 26 mil nas concessionárias e 11,8 mil nas montadoras, mostram dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) e da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Crise extingue 3º turno nas montadoras

25/11/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

O terceiro turno de trabalho, que consiste nas operações noturnas de produção nas fábricas, muito comum nos anos 80 e 90, está em extinção entre as montadoras. Com o anúncio ontem da Ford, de encerrar o terceiro turno na unidade de Camaçari (BA), apenas uma empresa do setor automotivo, a Hyundai, manterá esse tipo de expediente no País, na fábrica de Piracicaba (SP).

A Ford informou que vai encerrar as atividades de produção do turno da noite na filial da Bahia a partir de março. Ao todo, trabalham nesse esquema cerca de 2 mil funcionários, incluindo o pessoal das fornecedoras de autopeças que atuam dentro do complexo industrial.

O trabalho noturno ocorre na unidade que hoje produz os modelos Ka e EcoSport há dez anos. A empresa alega "significativa desaceleração do mercado automotivo e a decorrente queda no volume de produção".

A Ford também disse, em nota, que "utilizará todas as ferramentas possíveis" para tratar do excedente da força de trabalho na fábrica e que, neste momento, está em negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari.

O presidente do sindicato, Júlio Bonfim, afirmou que, das mais de 2 mil pessoas que trabalham no terceiro turno, 700 são funcionários diretos da Ford. Ao todo, o complexo emprega aproximadamente 10 mil trabalhadores, sendo 4,6 mil da Ford e os demais das autopeças e das empresas prestadoras de serviços.

"Vamos tentar convencer a empresa a não suspender o terceiro turno, mas, se isso ocorrer, vamos discutir medidas de garantia de emprego, como o lay-off (suspensão temporária dos contratos de trabalho) que já foi adotado em várias fábricas, mas na unidade de Camaçari não", disse Bonfim.

A Ford informou também que a produção de veículos será suspensa na Bahia entre os dias 26 de novembro e 4 de dezembro, para adequar estoques. Bonfim acrescentou que todos os 10 mil funcionários do complexo terão férias coletivas em fevereiro.

A empresa confirmou que a parada vai ocorrer de 8 a 26 de fevereiro. Durante as festas de fim de ano os funcionários também serão dispensados por dez dias.

Segundo Bonfim, recentemente a entidade conseguiu evitar a dispensa de 600 trabalhadores terceirizados que prestavam serviços de logística na fábrica para a DHL e foram absorvidos pela Ford. O sindicalista calcula que serão produzidos este ano cerca de 165 mil veículos na unidade baiana, 15% a menos em relação a 2014.

Noturno. Neste ano, encerraram atividades noturnas nas áreas de produção a Volkswagen - em São Bernardo do Campo e Taubaté (SP) -, e a General Motors em Gravataí (RS).

No ano passado, o expediente foi interrompido nas fábricas da GM em São Caetano do Sul (SP) e da Renault em São José dos Pinhais (PR). O turno já havia sido extinto pela Fiat em Betim (MG) e pela PSA Peugeot Citroën em Porto Real (RJ).

O setor automotivo demitiu neste ano, até outubro, 11,8 mil trabalhadores e emprega atualmente 132,7 mil pessoas.

Além disso, as montadoras têm 35,6 mil trabalhadores inscritos no Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que reduz jornada e salários, 6,6 mil funcionários em lay-off e 2,8 mil em férias coletivas, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Significa que 34% da mão de obra das empresas está com alguma restrição em suas atividades.

As vendas de veículos nacionais e importados caíram 24,3% de janeiro a outubro em comparação a igual período de 2014, para 2,146 milhões de unidades. A produção recuou 21,1%, para 2,111 milhões de veículos.

Neste ano, até agora, as montadoras tiveram a produção paralisada pelo equivalente a mais dois anos, na soma de dias em que cada fábrica suspendeu as atividades por causa da fraca demanda.

A conta total passa de 840 dias de paradas por férias coletivas, folgas e banco de horas (a ser compensado futuramente).

Indústria reage à proteção ao aço

25/11/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A notícia de que o governo estuda aumentar a alíquota do Imposto de Importação sobre o aço levou os representantes das empresas consumidoras da matéria-prima a montarem uma ofensiva contra a medida.

Entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Associação Nacional de Fabricantes de Eletroeletrônicos (Eletros) são contrárias à sobretaxa e procuram o governo para impedir o aumento.

Na semana passada, os ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, confirmaram que estão sendo feitos estudos sobre o assunto, mas ainda não há decisão. Segundo o Estado apurou, Levy é contra a sobretaxa e defende maior abertura da economia brasileira.

A Abimaq enviou cartas a ministros e à Presidência da República contra o aumento. "Se procedente a notícia, será mais um duro golpe, e talvez fatal, na já comalida competitividade da indústria de transformação, que se utiliza do aço para a fabricação de seus produtos", afirma o documento.

Camex. O temor é que o aumento seja aprovado na próxima reunião da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ainda sem data prevista. O presidente da Abimaq, Carlos Pastoriza, disse que a medida não faz sentido em um momento em que a indústria enfrenta dificuldades. "Não faz sentido que o governo esteja sequer analisando isso. A venda do aço nacional caiu não é por causa da competição internacional, é por causa da queda da atividade."

Já a Eletros disse que o aumento terá forte impacto nos custos de fabricação de produtos de linha branca (como geladeira e fogão). "Aumentar os custos, mesmo que seja por um período limitado, como se discute, só diminui a competitividade da indústria no mercado externo e interno.

O aumento prejudicará ainda mais os esforços de todos os setores que utilizam o aço como matéria-prima e que vêm lutando para manter suas vendas e, conseqüentemente, o nível de emprego", disse a Eletros, em nota.

Também afetada pela medida, a Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) afirmou que cada montadora tem seu contrato e esquema de reajustes, podendo ou não ser afetada pela decisão. Por isso, não poderia se pronunciar sobre o assunto.

Carta. Na carta, a Abimaq afirma que a queda "vertiginosa" na produção de máquinas, automóveis e outros segmentos que têm o aço como matéria-prima já levou a uma redução de mais de 30% no faturamento das indústrias e à demissão de mais de 70 mil trabalhadores.

"Com efeito, a elevação de alíquota também vai totalmente na contramão do que fazem as economias desenvolvidas e industrializadas, onde a alíquota do Imposto de Importação é escalonada, sendo que as matérias-primas sempre possuem alíquotas inferiores às dos produtos de maior valor agregado, exatamente para dar competitividade às indústrias que agregam maior valor e geram maior desenvolvimento tecnológico", completa o texto.

A Abimaq diz que o custo do aço é 35% maior no mercado doméstico e seria um "grande equívoco" taxar ainda mais as importações do produto. "Estamos convictos de que a indústria de transformação dificilmente suportará mais este duro golpe."

Invasão de importados. O presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, disse que o aumento da alíquota é importante porque o País está sendo "invadido" por aço importado.

"O mercado interno despencou e existe um volume de importação muito elevado. Nosso mercado já é muito fraco, porque os consumidores estão passando por dificuldades, e ainda vêm sendo bombardeados por importações."

Uma fonte do governo disse que o aumento seria uma medida "complexa" de ser implementada porque o Brasil teria de praticar tarifas diferentes das dos demais países do Mercosul. Os produtos teriam de entrar numa lista de exceção, que cada país do bloco tem direito, mas está limitada a 100 itens. Para acomodar na lista alguns tipos de aço, o governo teria de excluir outros itens industriais.

Leilão 'consagra' repasse de custos do setor elétrico ao consumidor

25/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O leilão de 29 hidrelétricas antigas, garantido para esta quarta-feira (25) após aprovação da Medida Provisória 668, sacramenta a nova "política" do governo para o setor elétrico. Se até um tempo atrás buscava-se a menor tarifa possível, agora todas as despesas do setor – inclusive aquelas para corrigir falhas do modelo, socorrer distribuidoras e geradoras, e até engordar o caixa da União – são repassadas ao consumidor.

As empresas que conquistarem a concessão das usinas relicitadas terão de pagar ao governo R\$ 17 bilhões a título de uma inédita "bonificação de outorga". Oneradas num primeiro momento, as novas concessionárias serão ressarcidas ao longo de 30 anos com recursos cobrados dos consumidores. Com isso, as tarifas serão bem mais altas do que alardeava a presidente Dilma Rousseff quando afirmou que as usinas antigas, "velhas senhoras", já estavam pagas.

A tarifa máxima do leilão será R\$ 126,50 por megawatt-hora (MWh), mas espera-se que fique abaixo disso, em razão da concorrência entre as empresas. De todo modo, o valor final certamente será maior que o imposto às geradoras que aderiram ao pacote de renovação antecipada de concessões, na virada de 2012 para 2013. Elas tiveram de se contentar com menos de R\$ 30 por MWh, valor que, somada a subsídios do Tesouro, garantiu um recuo de 20% nas tarifas na ocasião.

Os tempos mudaram, as finanças do governo também, e uma estiagem severa expôs uma série de problemas de planejamento, do modelo de cálculo das tarifas e de compartilhamento dos riscos do setor. A queda na geração hidráulica levou os preços às alturas, ameaçando o caixa das distribuidoras num primeiro momento e o das geradoras mais recentemente.

Cada nova despesa bilionária deu origem a uma solução de ocasião, articulada por governo, empresas e Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Empréstimos bancários, extensão de contratos, recriação de encargos, retirada de subsídios – de uma forma ou de outra, tudo será coberto com recursos das tarifas, em diferentes prazos.

O pagamento do empréstimo de R\$ 34 bilhões feitos às distribuidoras, por exemplo, será diluído nas faturas em cinco anos a contar de 2016. A indenização que o governo deve a transmissoras que participaram da renovação das concessões, de pelo menos R\$ 18 bilhões, também será cobrado em cinco anos, mas só a partir do fim da década.

Pendura

Incluindo as outorgas do leilão desta quarta, o valor “pendurado” nas faturas já beira R\$ 127 bilhões, o equivalente a quase todo o gasto anual dos consumidores – em 2014, as distribuidoras faturaram R\$ 129 bilhões.

“Temos muita incerteza, judicialização e confronto no setor elétrico, ao mesmo tempo em que os custos estão aumentando.

O governo percebeu que tais custos não são suportáveis pelo setor, e já vinha transferindo a conta para o consumidor”, diz Luciano Dias Losekann, professor de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF). “A licitação das usinas marca apenas a aceitação final de que a busca pela modicidade tarifária se esgotou.”

R\$ 736 milhões

é o valor da outorga do lote B, do qual fazem parte duas usinas que pertenciam à Copel (Parigot de Souza e Mourão I), além da hidrelétrica de Paranapanema.

A estatal já avisou que vai disputar esse lote, dispondo de capital próprio e de terceiros. Um pool de bancos públicos e privados já teria garantido de R\$ 5 bilhões a R\$ 6 bilhões para financiar os vencedores do leilão.

BANDEIRAS

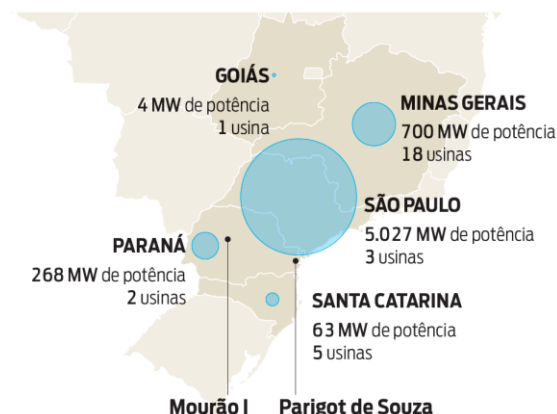
Boa parte dos analistas do setor elétrico projetam uma redução – talvez até a zero – no custo das bandeiras tarifárias em 2016.

As chuvas que o fenômeno El Niño tende a trazer levariam ao desligamento de muitas termelétricas e, portanto, à redução dos custos de geração. Mesmo assim, outros fatores tendem a manter as tarifas em alta. Diferentes consultorias projetam reajuste entre 4% e 12% na tarifa média brasileira no ano que vem.

VELHAS SENHORAS

Das 29 usinas que serão relicitadas nesta quarta, duas ficam no Paraná. A Copel, antiga dona, tentará reconquistar as concessões.

As hidrelétricas do leilão somam 6.062 megawatts de potência, o equivalente a 6,7% da capacidade hidrelétrica do país e 4,4% do parque gerador nacional.



Fonte: Aneel, MME. Infografia: Gazeta do Povo.

Grande Curitiba tem a 2.^a menor taxa de desemprego do Brasil

25/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) atingiu 5,7% no terceiro trimestre do ano, segunda menor taxa entre as 21 áreas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na Pnad Contínua, divulgada nesta terça-feira (24). No trimestre anterior, o índice foi de 5,9%. Na contramão, a taxa na cidade de Curitiba passou de 5,6% para 6,5% no mesmo período, superando o desemprego registrado na média dos municípios da RMC.

O índice de desemprego na RMC ficou atrás apenas do da região metropolitana de Florianópolis (4,9%). As regiões de Goiânia (7,1%) e Porto Alegre (7,3%) foram as outras com taxas abaixo de 8%, segundo o IBGE.

Já na região metropolitana de Salvador, a desocupação bateu em 17%. Já entre as capitais, a taxa curitibana é a sexta menor do país. Florianópolis, novamente, tem o mais baixo desemprego, de 5,5%. O maior índice está em São Luís, no Maranhão (14,7%).

Para Daniel Nojima, diretor de pesquisa do Iparades, uma explicação para o fato de o desemprego ser maior em Curitiba do que nas cidades do seu entorno é que as vagas de trabalho na capital são mais qualificadas (exige um maior nível de especialização) e formalizadas (com carteira assinada) do que nas cidades da RMC.

“Esses tipos de emprego estão sentindo mais a crise. O que percebemos é que várias capitais perceberam o baque do desemprego neste ano. Nas regiões metropolitanas ainda têm o efeito do emprego menos qualificado, que também foi prejudicado, mas em menor proporção”, explica.

Segundo Adriana Beringuy, técnica da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, a explicação pode estar no fato de Curitiba concentrar mais empregos ligados à indústria e à construção civil, dois setores que vem acumulando resultados negativos no ano. “Se levarmos em consideração que a capital tem essa característica, é provável que essa concentração tenha influenciado a diferença com a RMC”, diz.

A indústria fechou 5.956 vagas e a construção civil outras 5.148 nos dez primeiros meses de 2015 em Curitiba, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados na semana passada.

Ao todo, a capital paranaense tem saldo negativo de 18,3 mil. Já as cidades da região metropolitana de Curitiba perderam pouco mais de 26,9 mil postos de trabalho no mesmo período, de acordo com o Caged – 14 mil só no setor industrial.

No Paraná a taxa de desocupação medida pelo IBGE caiu, passando de 6,2% no segundo trimestre do ano para 6,1% agora. Somente outros cinco estados apresentaram queda na taxa na passagem de um trimestre para outro.

Na comparação com o terceiro trimestre de 2014, o desemprego paranaense subiu dois pontos percentuais. A taxa do Paraná foi a segunda menor do país, atrás apenas da de Santa Catarina (4,4%). Isso não significa, porém, que o mercado de trabalho local esteja livre da recessão.

No acumulado do ano, o estado registrou mais demissões que contratações no Caged: cerca de 22,4 mil vagas de trabalho foram eliminados. Indústria, comércio e construção civil perderam, respectivamente, 21,9 mil, 10,1 mil e 6,7 mil postos no período. Cerca de 355 mil paranaenses estavam à procura de emprego no terceiro trimestre de 2015, segundo o IBGE, contra.

Renda em baixa

Na comparação do segundo com o terceiro trimestre do ano, o rendimento médio em Curitiba caiu 4,7%, de R\$ 2.991 para R\$ 2.851. Um ano atrás, a renda na cidade era de R\$ 2.986. O rendimento real também registrou queda na RMC, onde passou de R\$ 2.482 no segundo trimestre para R\$ 2.388 (queda de 3,8%) e no Paraná (de R\$ 2.108 para R\$ 2.093).

País tem 9 milhões de desempregados RIO DE JANEIRO

O Brasil já tem 9 milhões de pessoas na fila do desemprego, segundo os dados da Pnad Contínua. O salto no total de desocupados no terceiro trimestre foi de 33,9% em relação ao terceiro trimestre de 2014, o equivalente a 2,274 milhões de pessoas a mais em busca de uma vaga. A taxa de desemprego no país aumentou de 6,8% para 8,9% no período.

Apesar da proximidade do fim do ano, quando tradicionalmente há abertura de postos de trabalho temporários, economistas preveem uma deterioração ainda maior no emprego. A expectativa é que a taxa de desocupação alcance os dois dígitos no ano que vem. "Vai ser doloroso, já está sendo.

Vai piorar antes de melhorar. O mercado de trabalho só começa a se recuperar, reduzindo a taxa de desemprego, em meados de 2017", avaliou José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio e economista-chefe da Opus Investimentos.

Sem a segurança trazida pelo trabalho com carteira assinada, outros membros da família buscam emprego para recompor a renda do domicílio, disse Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE. É por isso que a informalidade cresceu nos últimos meses. "São jovens, idosos e donas de casa que acabam indo para o mercado para ajudar quem perdeu o emprego com carteira assinada", completou.

O mercado de trabalho perdeu 1,237 milhão de vagas com carteira assinada no setor privado entre o terceiro trimestre de 2014 e o terceiro trimestre de 2015. No mesmo período, o trabalho por conta própria ganhou adesão de mais 760 mil pessoas e o total de empregadores cresceu em 297 mil indivíduos. A indústria foi o setor que mais demitiu, com 519 mil empregados dispensados no período de um ano.

79% das transportadoras

entrevistadas pela Confederação Nacional de Transportes afirmaram ter demitido trabalhadores neste ano. De acordo com a pesquisa "Sondagem Expectativas Econômicas do Transportador", o fraco desempenho econômico e a retração da demanda dos setores produtivos têm levado as empresas a reduzir seus quadros de funcionários.

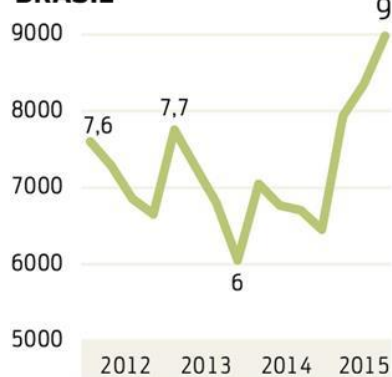
Desemprego

Com uma taxa de 5,7%, a Região Metropolitana de Curitiba teve no terceiro trimestre deste ano a segunda menor taxa de desemprego do país. Já a taxa de desemprego cresceu no país e em Curitiba para, respectivamente, 8,9% e 6,5%:

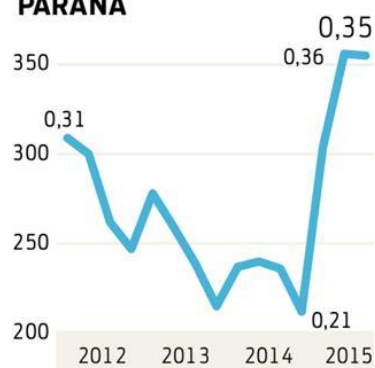
Número de desocupados no trimestre encerrado no mês, em milhões de pessoas

Taxa de desocupação no trimestre encerrado no mês, %

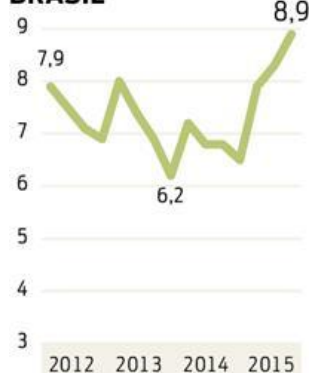
BRASIL



PARANÁ



BRASIL



PARANÁ



CURITIBA

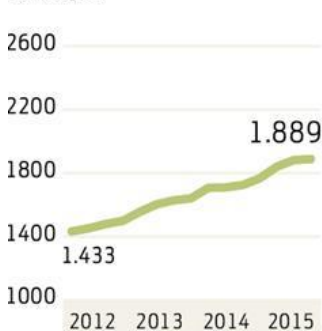


RMC



Rendimento médio real de todos os trabalhos no trimestre encerrado no mês, em R\$

BRASIL



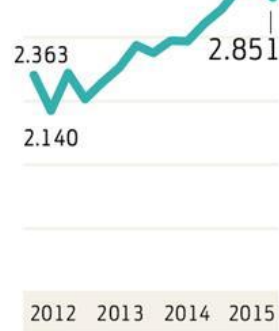
PARANÁ



RMC



CURITIBA



Fonte: Pnad Contínua/IBGE. Infografia: Gazeta do Povo.

Belo Monte recebe aval para operar

25/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Ibama liberou nesta terça-feira (24) a licença de operação para a hidrelétrica de Belo Monte, em construção no Rio Xingu, no Pará. Era o documento mais aguardado pela concessionária Norte Energia, dona da usina, porque autoriza o enchimento do reservatório e a geração de energia, prevista para o início de 2016. O aval foi dado dois meses após o instituto negar a emissão da licença, por conta de 12 exigências que, segundo o órgão, não tinham sido cumpridas.

Hoje, ao falar sobre a decisão, a presidente do Ibama, Marilene Ramos, disse que a Norte Energia atendeu integralmente as exigências, apesar de reconhecer que 90% do que estava previsto foi efetivamente executado até agora.

Marilene resumiu sua decisão. "Postergar a licença de operação seria punir o Brasil", justificou. A geração de Belo Monte, argumentou, vai ajudar a reduzir a emissão de gases por usinas térmicas e a aliviar a pressão sobre o custo da energia.

A previsão é de que o enchimento do primeiro reservatório – há ainda um canal artificial a ser enchido no Rio Xingu - ocorra em cerca de 50 dias.

Brasil estuda adiar alta do salário mínimo para reduzir déficit, dizem fontes

25/11/2015 – Fonte: Reuters

O Brasil está avaliando adiar aumentos do salário mínimo no próximo ano para aliviar a pressão sobre as contas públicas mesmo que a medida seja impopular e exija uma mudança na legislação, disseram três fontes com conhecimento das discussões na terça-feira.

A equipe econômica da presidente Dilma Rousseff está analisando uma proposta para adiar por vários meses o reajuste do salário mínimo em janeiro, que somaria 40 bilhões de reais em gastos extras no próximo ano, disse à Reuters um assessor da presidente.

Atualmente a lei determina que o governo eleve o salário mínimo a cada ano em janeiro, corrigindo-o pela inflação do ano passado e pelo crescimento econômico dos dois anos antecedentes.

Mas adiar o reajuste teria um alto custo político para Dilma, que enfrenta baixa popularidade, disseram o assessor e outra autoridade a par do assunto. "É muito difícil e não acredito que irá para frente", disse a segunda fonte, que pediu anonimato.

Aposentadoria pelo INSS? Veja quanto o governo irá te pagar

25/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

As regras da aposentadoria paga pelo governo mudaram. Mas, como isso altera exatamente o valor do benefício que você receberá na hora de pendurar as chuteiras? EXAME.com solicitou ao Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) uma simulação sobre os valores que os brasileiros recebem pela aposentadoria oficial, de acordo com diferentes faixas de salário.

Os resultados mostram que, dependendo da idade e do tempo de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), a regra antiga, do fator previdenciário, ainda pode render benefícios maiores. Já a regra nova, da chamada fórmula 85/95 - sancionada neste mês - nem sempre será a opção de cálculo mais vantajosa.

Pela nova fórmula 85/95, se a soma entre a idade e o tempo de contribuição for de, no mínimo, 85 para mulher e de 95 para homem o fator previdenciário não se aplica no cálculo do benefício que será recebido. Nesse caso, ao atingir os pontos necessários, o trabalhador consegue receber a aposentadoria integral, que equivale a 100% da sua média salarial (que leva em conta os 80% maiores salários recebidos desde 1994).

O fator previdenciário é um redutor incluído no cálculo da aposentadoria para quem se aposenta por tempo de contribuição e não por idade mínima (de 65 anos para homens e 60 anos para mulheres).

Para chegar ao fator é considerada a expectativa de vida, a idade e o tempo de contribuição. Ele serve basicamente para incentivar os trabalhadores a se aposentar mais tarde, para receber a aposentadoria integral.

Com as novas regras, no entanto, mesmo quem se aposentar por tempo de contribuição poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria.

Aí é que está a importância de entender qual fórmula é mais vantajosa para você. "Os agentes do INSS deveriam mostrar qual fórmula é mais vantajosa, mas eles nem sempre fazem isso. Como a Lei permite que o contribuinte opte pela regra antiga ou pela nova, é importante que ele peça as duas simulações nas agências do INSS para confirmar qual regra é mais vantajosa", afirma Emerson Costa Lemes, consultor previdenciário, tesoureiro e diretor de tecnologia do IBDP.

Ele ressalta que o contribuinte não deve ter a ilusão de que receberá na aposentadoria um valor compatível com seus últimos salários. O benefício pago pelo INSS é calculado a partir do valor médio dos 80% maiores salários recebidos desde 1994. Assim, se o contribuinte recebeu 200 salários, para verificar o seu salário médio de contribuição, são considerados os 160 maiores salários recebidos desde 1994.

A tabela a seguir mostra qual seria o valor recebido na aposentadoria por um homem com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição de acordo com a regra do fator previdenciário ou com a nova fórmula 85/95 (para ver a simulação completa do IBDP, que mostra o valor da aposentadoria para outras idades e tempos de contribuição, confira o documento incorporado no final matéria).

| Faixa salarial média | Benefício recebido pelo fator previdenciário | Benefício recebido pela nova fórmula 85/95 |
|-----------------------------|---|---|
| R\$ 1.000 | R\$ 850,30 | R\$ 1.000,00 |
| R\$ 2.000 | R\$ 1.700,60 | R\$ 2.000,00 |
| R\$ 3.000 | R\$ 2.550,90 | R\$ 3.000,00 |
| R\$ 4.000 | R\$ 3.401,20 | R\$ 4.000,00 |
| R\$ 5.000 | R\$ 4.251,50 | R\$ 4.617,92 |

Fonte: Emerson Costa Lemes - Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP)

Nas condições apresentadas acima, fica claro que a opção de cálculo mais vantajosa é a fórmula 85/95.

Conforme explica o diretor de tecnologia do IBDP, como via de regra, quando a pessoa se aposenta mais cedo e sua expectativa de vida ainda é longa, o fator previdenciário é desvantajoso e a fórmula 85/95 pode valer mais a pena.

Um segurado que tem 55 anos de idade e 35 de contribuição, por exemplo, tem o fator previdenciário bem baixo (0,7002), o que significa que sua aposentadoria será reduzida em praticamente 30%.

Por outro lado, aquele que tem 65 anos de idade e 40 de contribuição, terá um acréscimo de 21,53% em sua renda (a partir da sua média salarial), afirma Lemes, do IBDP.

Isso acontece porque o principal intuito do fator previdenciário é desestimular o contribuinte a se aposentar cedo.

"Nosso sistema previdenciário segue a regra de capitalização, que é aplicada aos planos de previdência: o contribuinte acumula um capital pelos anos de contribuição e, se ele se aposenta mais jovem, o governo devolve um valor baixinho mensalmente para que o

dinheiro dure até o fim da vida, mas se ele está em idade avançada, o valor do benefício é mais alto”, afirma Lemes.

Dessa forma, quem se aposenta mais tarde pode encontrar mais vantagens pela regra do fator previdenciário. Para mostrar isso na prática, veja a seguir qual seria o benefício recebido por um homem com 65 anos de idade e 35 anos de contribuição pelas duas regras:

| Faixa salarial média | Benefício recebido pela regra do fator previdenciário | Benefício recebido pela nova fórmula 85/95 |
|-----------------------------|--|---|
| R\$ 1.000 | R\$ 1.054,10 | R\$ 1.000,00 |
| R\$ 2.000 | R\$ 2.108,20 | R\$ 2.000,00 |
| R\$ 3.000 | R\$ 3.162,30 | R\$ 3.000,00 |
| R\$ 4.000 | R\$ 4.216,40 | R\$ 4.000,00 |
| R\$ 5.000 | R\$ 4.663,75 | R\$ 4.617,92 |

Fonte: Emerson Costa Lemes - Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP)

As tabelas mostram que é crucial fazer simulações que considerem as duas regras de cálculo da aposentadoria para checar qual delas é mais vantajosa, de acordo com a idade do contribuinte e o seu tempo de contribuição.

Vale lembrar que o segurado que não consegue somar 85 pontos - entre idade e tempo de contribuição - no caso das mulheres, e 95 pontos no caso dos homens, tem o direito de se aposentar, mas sofrerá, obrigatoriamente, a influência do fator previdenciário.

É importante frisar também que a Lei exige que o segurado tenha 35 anos de contribuição para se aposentar, seja qual for a condição. Assim, mulheres que completam 35 anos de contribuição e 50 de idade - ou qualquer idade acima disso - atingem a pontuação necessária para não cair no fator previdenciário e obter a aposentadoria integral. Já os homens devem ter 35 anos de contribuição e pelo menos 60 anos de idade para afastar o fator.

A partir da faixa salarial de 4.663,75 reais, benefício não muda

Quando o salário atinge 4.663,75 reais ou passa desse valor, as contribuições feitas ao INSS são sempre iguais. Esse é o chamado teto do INSS, que muda a cada ano (o teto válido para 2016 deve ser definido em dezembro).

Assim, o trabalhador que recebe qualquer salário acima desse valor, seja de 5 mil reais, 10 mil reais ou 50 mil reais sempre contribuirá com o mesmo valor ao INSS.

Por essa razão, quem possui média salarial igual ou superior ao teto, deve ficar atento ao atingir a idade e o tempo de contribuição necessários para obter a aposentadoria integral, equivalente aos 4.663,75 reais. Isso ocorre porque, por mais que o trabalhador continue contribuindo, o valor não aumenta.

"Uma pessoa que já tem 39 anos de contribuição e 65 anos de idade, por exemplo, e contribui pelo teto, receberá o benefício máximo de 4.663,75 reais. Mesmo que ela espere para se aposentar mais tarde e continue contribuindo, o benefício será igual pois ela já terá atingido o teto", explica Emerson Costa Lemes.

É importante ressaltar ainda que a aposentadoria máxima, de 4.663,75 reais, só é obtida por contribuintes que optam pela regra do fator previdenciário. De acordo com Lemes, quem opta pela fórmula 85/95 não consegue chegar ao teto. "Na fórmula 85/95, mesmo quem contribui pelo teto recebe o valor máximo de benefício de 4.617,92 reais. Por isso, nesse caso, é mais vantajoso optar pelo fator", diz.

Grupo Materiais, Equipamentos e Serviços sustenta alta do INCC-M em novembro

25/11/2015 – Fonte: R7

O Índice Nacional de Custo da Construção - Mercado (INCC-M), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avançou, ao passar de variação de 0,27% em outubro para 0,40% em novembro. O grupo Materiais, Equipamentos e Serviços foi o único a registrar alta e, portanto, foi decisivo para o acréscimo do indicador no período.

Este componente do INCC-M avançou para 0,86% em novembro, após registrar alta de 0,57% em outubro. Dentro deste índice, o item relativo a Materiais e Equipamentos subiu 0,88% neste mês, ante elevação de 0,62% no mês anterior, enquanto o referente a Serviços teve elevação de 0,77% em novembro, após subir 0,37% em outubro.

Já o grupo Mão de Obra permaneceu estável, com variação zero, pelo terceiro mês consecutivo. Entre as maiores influências de alta do INCC-M de novembro estão tubos e conexões de PVC (de 1,25% para 4,94%), projetos (de 0,43% para 1,81%), cimento portland comum (de -1,06% para 1,49%), vergalhões e arames de aço ao carbono (de 0,45% para 1,33%) e argamassa (de -0,08% para 1,52%).

Já entre as maiores influências de baixa estão aluguel de máquinas e equipamentos (de -0,50% para -0,33%), tijolo e telha cerâmica (de 0,02% para -0,23%), produtos de fibrocimento (de -0,14% para -0,64%), pias, cubas e louças sanitárias (de 0,09% para -0,22%) e massa de concreto (de 0,10% para -0,06%).

O INCC-M é calculado com base nos preços coletados entre os dias 21 do mês anterior e 20 do mês de referência.

Como os sistemas de gestão otimizam a operação do eSocial

25/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

Aos gestores, haverá duas opções: acesso direto ao site do eSocial ou integração da plataforma do governo ao software de gestão empresarial (ERP) utilizado na empresa; entenda

O eSocial faz parte do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e irá unificar o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados, hoje repassados separadamente para a Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério da Previdência, Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria da Receita Federal.

Considerando o planejamento do governo para unificar a entrega de declarações, documentos, informações sobre os contratos de trabalho, recolhimentos trabalhistas e previdenciários, fica evidente a necessidade de integração de todos esses dados corporativos, bem como a complexidade deste novo processo de repasse.

De modo geral, a centralização e padronização das informações pretende trazer benefícios para as empresas, seja de pequeno, médio ou grande porte, pois prevê uma sensível redução da burocracia.

Aos gestores, haverá duas opções: acesso direto ao site do eSocial ou integração da plataforma do governo ao software de gestão empresarial (ERP) utilizado na empresa.

Sendo este último o modelo que consideramos o mais adequado. Investir em softwares de gestão que atendem as necessidades específicas da empresa, será de extrema valia para

assegurar que a integração das informações corporativas aconteça de maneira otimizada, bem como a aderência às novas regulamentações legais.

Com a nova normativa, em uma demissão você terá de informar os dados de seu empregador, por exemplo, para que o governo verifique se o indivíduo está recebendo o seguro desemprego da maneira correta.

Soluções ERP são bastante úteis neste processo, garantindo segurança e confiabilidade. Além da redução de custos, este tipo de software possibilita maior integração entre setores, aumento da eficiência dos processos e permite que a tomada de decisões seja embasada e eficaz.

Por tudo isso, caso você ainda não disponha de um sistema de gestão empresarial, talvez tenha chegado o momento de provar tal tecnologia.

Comissão analisa projeto que facilita mineração na faixa de fronteira

25/11/2015 – Fonte: Notícias Senado

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pode votar, na quinta-feira (26), relatório do senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) sobre projeto (PLS 398/2014) pelo qual os processos de outorga para pesquisa e lavra de recursos minerais em faixa de fronteira sejam encaminhados ao Conselho de Defesa Nacional para avaliação e manifestação de opinião quanto às questões relativas à segurança nacional. Desse modo, a proposta propõe alteração na legislação atual sobre a faixa de fronteira (Lei 6.634/1979) que exige a aprovação prévia do Conselho de Defesa Nacional.

Para o relator, ao tornar opinativa a manifestação do conselho, o projeto faz valer a Constituição. Ele ressaltou que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União a quem compete privativamente legislar sobre jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia. Compete igualmente à União assegurar a defesa nacional.

O projeto, de autoria da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), também estabelece exceções no caso de minérios para construção civil ou correção de solo, argila para tijolos e telhas, entre outros. O projeto impõe ainda a nulidade do título minerário caso a outorga para pesquisa e lavra em faixa de fronteira não contenha a manifestação do conselho.

Capital estrangeiro

O voto do relator é favorável ao projeto, com uma alteração. Por questão de segurança nacional, ele apresentou emenda para exigir o assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional no caso de empresa cujo capital seja majoritariamente estrangeiro.

Bezerra argumenta que a proposta incentiva o povoamento e desenvolvimento econômico dos municípios da região e contribui para a defesa nacional ao desembaraçar o processo de outorga para pesquisa e lavra de recursos minerais na faixa de fronteira.

O projeto também elimina restrições ao investimento estrangeiro e beneficia as empresas nacionais, que não precisarão mais comprovar que 51% do seu capital pertence a brasileiros, que 2/3 dos trabalhadores são brasileiros e que a administração ou gerência cabe majoritariamente a brasileiros.

“Nesse sentido, a exigência constitucional é a de que a mineração seja realizada por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no país”, ressaltou o relator.

Antaq diz que pode aprovar transferência do Tecar, da CSN, à Congonhas Minérios

25/11/2015 – Fonte: Reuters

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) publicou resolução em que reconhece a possibilidade de aprovar a transferência de titularidade do contrato de arrendamento do Terminal de Cargas Granéis da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Tecar, no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro, para a Congonhas Minérios.

A transferência faz parte da aliança da CSN com sócios na Namisa, integrantes do Consórcio Asiático, para a reunião de ativos na Congonhas Minérios.

Com a operação, a Congonhas Minérios reunirá a produtora de minério de ferro Namisa, ativos relacionados à mina de ferro Casa de Pedra e de logística, com contribuições de ambos os lados, incluindo a concessão do Tecar.

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou sem restrições a aliança em junho.

Vendas de combustíveis no Brasil recuam 5,8% em outubro por crise econômica

25/11/2015 – Fonte: Reuters

As vendas de combustíveis no Brasil despencaram 5,8 por cento em outubro e acumulam queda de 1,4 por cento no acumulado do ano, com a recessão econômica impactando os volumes vendidos no país, segundo dados publicados nesta terça-feira pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

"Essa crise econômica do Brasil é super séria e isso está impactando o mercado", comentou o professor adjunto do Instituto de Economia e membro do Grupo de Economia de Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ), Edmar Almeida.

O professor ponderou ainda que o último reajuste do preço da gasolina e do diesel também contribuiu com a queda nas vendas dos combustíveis, mas frisou que o que realmente está influenciando é a recessão econômica e a redução da renda das famílias.

As vendas de diesel, importante indicador da economia do país, recuaram 9,6 por cento em outubro ante o mesmo mês do ano passado, e caíram 4,5 por cento no acumulado do ano, segundo a ANP.

Para Almeida, "com certeza" haverá queda das vendas dos combustíveis neste ano frente 2014, confirmando avaliação do setor de distribuição de combustíveis.

O movimento de recuo das vendas acontece apesar da forte alta das vendas do etanol hidratado, que cresceram 44,6 por cento em outubro ante o mesmo mês do ano passado e avançaram 42,5 por cento no acumulado dos primeiros dez meses do ano.

Isso porque o combustível renovável ficou mais competitivo que a gasolina, no abastecimento de carros flex, em importantes Estados consumidores brasileiros na maior parte do ano.

A alta das vendas do etanol contribuiu com o aprofundamento da queda das vendas da gasolina. As vendas do combustível fóssil caíram 13 por cento em outubro, ante o mesmo período do ano passado e acumulam queda de 7,4 por cento no ano.

Vendas de aços planos por distribuidores no Brasil caem 24,6% em outubro

25/11/2015 – Fonte: Reuters

As vendas de aços planos por distribuidores do Brasil em outubro caíram 24,6 por cento na comparação anual, a 247,1 mil toneladas, informou nesta terça-feira a associação que representa o setor, Inda.

Na comparação com setembro, no entanto, as vendas subiram 13,1 por cento. No acumulado do ano, o recuo é de 22,6 por cento, a 2,84 milhões de toneladas.

Os estoques caíram 2 por cento em relação ao mês anterior, correspondente a 3,4 meses de vendas. Em relação a outubro de 2014, os estoques diminuíram 9,3 por cento.

O consumo aparente, que inclui vendas internas e importações de aços planos, caiu 20,6 por cento sobre outubro de 2014, mas subiu 2,3 por cento sobre setembro.

No acumulado dos primeiros 10 meses do ano, a queda foi de 16,9 por cento ante igual etapa do ano anterior.

Minério de ferro cai à mínima de 10 anos na China com crise no mercado de aço

25/11/2015 – Fonte: Reuters



O minério de ferro no mercado à vista da China caiu nesta terça-feira para uma mínima de dez anos pressionado pela desaceleração da demanda industrial no país e por um grande excedente de oferta.

O minério com entrega imediata no porto de Tianjin recuou 1,8 por cento, para 43,40 dólares por tonelada, menor cotação desde que o The Steel Index começou a compilar os dados no fim de 2008.

Tomando-se como base o sistema de precificação anual que vigorava antes do sistema de preços à vista, 43,40 dólares é o menor valor desde 2005, segundo dados compilados pelo Goldman Sachs.

Os preços do minério de ferro acumulam perda de quase 40 por cento este ano, levando mineradoras, grandes e pequenas, a uma corrida para cortar custos de produção.

Uma perspectiva ruim para a demanda por aço na China --que já tem queda de 6 por cento de janeiro a outubro-- tem forçado o fechamento de muitas siderúrgicas no país.

"Os fechamentos de usinas de aço na China estão afetando a demanda por minério de ferro (ao mesmo tempo que) mineradoras de baixo custo estão gradualmente elevando a produção", disse o diretor de pesquisas em commodities da Julius Baer, Norbert Rucker.

Segundo ele, o dólar forte tem ajudado a pressionar os preços ao reduzir relativamente os custos de produção para as mineradoras, protegendo seus lucros e evitando desaceleração da produção.

Confiança do consumidor sobe, mas segue em nível 'extremamente baixo'

25/11/2015 – Fonte: G1

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC) avançou 1,3% entre outubro e novembro, passando de 75,7 para 76,7 pontos, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). Apesar da alta, o índice segue em "nível extremamente baixo em termos históricos e com tendência de queda".

A avaliação sobre a situação presente ficou parecida com a do mês anterior, mas houve melhora das expectativas em relação aos meses seguintes. O Índice de Situação Atual (ISA) variou 0,2%, passando de 65,7 para 65,8 pontos, e o Índice de Expectativas (IE) avançou 2,1%, de 81,1 para 82,8 pontos.

O indicador que mede o grau de otimismo com a economia subiu 5,2%, de 70,5 para 74,2 pontos, o melhor resultado desde agosto deste ano (74,7). A parcela de consumidores projetando melhora avançou de 14,0% para 14,1%; a dos que preveem piora recuou de 43,5% para 39,9%.

O indicador de expectativas com a situação financeira da família também subiu ao passar de 110,9 para 114 pontos.

No entanto, na outra ponta das expectativas, o indicador de ímpeto de compra de bens duráveis recuou 5,0%, atingindo 60,4 pontos – o menor nível da série histórica.

“Os consumidores melhoraram suas perspectivas com relação ao futuro econômico, levando à primeira alta da confiança após seis meses consecutivos de queda. Mesmo com essa recuperação, as vendas de Natal parecem estar comprometidas, pois a intenção de compras de bens duráveis atingiu em novembro o menor nível da série, influenciada pela piora da percepção sobre a situação financeira da família.”, afirma Viviane Seda Bittencourt, Coordenadora da Sondagem do Consumidor, por meio de nota.

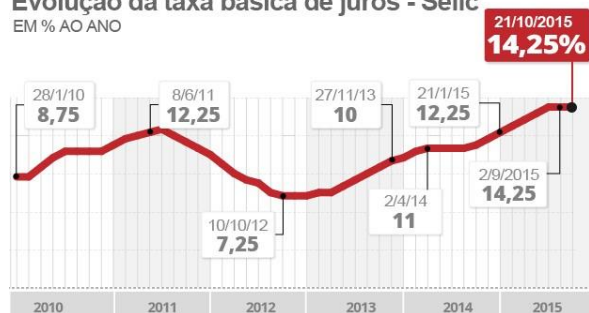
No último Copom do ano, juro deve ficar estável pela 3ª vez seguida

25/11/2015 – Fonte: G1

A taxa Selic, os juros básicos da economia brasileira, deve permanecer estável em 14,25% ao ano – ainda no maior nível em mais de nove anos – segundo a expectativa da maior parte dos analistas do mercado financeiro. O Comitê de Política Monetária (Copom), formado por diretores e presidente do Banco Central, responsável por definir essa taxa, faz nesta quarta-feira (25) sua última reunião do ano.

Evolução da taxa básica de juros - Selic

EM % AO ANO



Se confirmada esta previsão, será a terceira manutenção seguida dos juros básicos da economia brasileira, que estão neste patamar desde julho. A percepção de que a taxa será mantida nesta quarta-feira tem por base a mudança do foco da política monetária, de tentar atingir a meta central de inflação de 4,5% somente em 2017 (e não mais no fim do ano que vem), e também indicações do próprio Banco Central.

No início deste mês, o diretor de Política Monetária do BC, Altamir Lopes, avaliou que a manutenção da taxa de juros no atual patamar por um "período prolongado" de tempo cumpre o papel de atender aos objetivos do regime de metas de inflação.

"Mas, se for necessário, o BC tem medidas e pode adotá-las, independentemente do nível de atividade que se apresente. A nossa missão, o nosso mandato, é cumprir a meta de inflação", acrescentou.

Sistema de metas de inflação

Pelo sistema de metas de inflação vigente na economia brasileira, o BC tem de calibrar os juros para atingir objetivos pré-determinados. Para 2015 e 2016, a meta central de inflação é de 4,5%, mas o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que serve de referência, pode oscilar entre 2,5% e 6,5% sem que a meta seja formalmente descumprida.

Para este ano, a expectativa do mercado financeiro, colhida na semana passada, é de que o IPCA feche o ano em 10,33%. Se confirmada a previsão, representará o maior índice em 13 anos, ou seja, desde 2002 – quando ficou em 12,53%. Para 2016, a estimativa dos analistas dos bancos é de que a inflação oficial fique em 6,64% - furando o teto do sistema de metas pelo segundo ano seguido, algo que não acontece desde 2002 e 2003.

No começo de novembro, Altamir Lopes, do BC, declarou, porém, que a autoridade monetária vai trabalhar para trazer a inflação o mais perto possível da meta de 4,5% no ano que vem. E assegurou que o IPCA não vai superar o teto de 6,5% do sistema de metas. "[A inflação] estará contida no intervalo do regime de metas [em 2016]. Em 2017, o BC trará a inflação para 4,5%", declarou Lopes naquele momento.

Para o economista da consultoria Tendências, Silvio Campos Neto, apesar da subida das estimativas de inflação do mercado para 2016, considerado um desafio, o quadro da forte recessão atenua as pressões por uma nova alta dos juros neste momento.

"É pouco provável que o BC tome a decisão de subir mais os juros. Em uma situação como essa em que a economia parte para uma contração muito forte em 2015, com nova queda do PIB em 2016, seria contraproducente", avaliou ele.

Fatores que influenciam a inflação

A decisão do Copom de manter novamente os juros estáveis acontece em meio à uma forte queda do nível de atividade, confirmada por meio de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de que o país está em meio à uma recessão técnica - e à alta do desemprego - fatores que, teoricamente, atuam para conter a alta dos preços.

Ainda assim, a inflação ainda segue pressionada pelas tarifas públicas e pela disparada do dólar - que supera de 40% em 2015. Dólar mais alto gera aumento no preço dos produtos e insumos importados e isso tende a ser repassado, em alguma medida, para os preços internos. Ao mesmo tempo, os aumentos da gasolina e do diesel anunciados neste ano também tem pressionado a inflação.

Para completar o quadro, a queda na previsão de superávit primário, a economia feita para pagar juros da dívida pública também torna mais difícil a tarefa do Banco Central de tentar conter a inflação. Com uma queda do superávit primário, sobram mais recursos na economia – que teoricamente impactam a inflação.

Em julho, o governo baixou a meta fiscal deste ano, de 1,2% do PIB, para apenas 0,15% do PIB, ou R\$ 8,7 bilhões. Recentemente, o governo admitiu que o déficit deste ano deve ser de R\$ 52,8 bilhões, sem contar as "pedaladas fiscais" e uma eventual frustração do leilão das hidrelétricas. Admitiu, porém, que o rombo pode superar R\$ 110 bilhões em 2015.

Para o ano de 2016, o governo anunciou, em meados de setembro, um pacote para tentar atingir a meta de superávit primário de R\$ 43,8 bilhões para todo o setor público, o equivalente a 0,7% do PIB, contemplando o retorno da CPMF.

Levantamento feito pelo G1 mostra, porém, que o governo conseguiu colocar muito pouco deste plano em marcha desde então. A CPMF, principal medida para reequilibrar as contas em 2016, enfrenta fortes resistências na sociedade e entre os parlamentares, e sequer começou sua tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) – o primeiro passo no Congresso Nacional. A expectativa do mercado financeiro é de um rombo de 0,6% do PIB nas contas públicas no próximo ano.

"A eficácia da política monetária [definição dos juros para o controle da inflação] está muito prejudicada pela situação fiscal [das contas públicas] crítica. E pelo fato de que parte importante do crédito não é afetada por decisões do BC. Nesse ambiente de baixa eficácia da política monetária, não é com novos apertos [no juro básicos] que vai conseguir controlar a inflação", avaliou Campos Neto, economista da Tendências.

Senado aprova MP que aumenta tarifa de luz em caso de estiagem

25/11/2015 – Fonte: G1

Na véspera do leilão de 29 usinas hidrelétricas, o plenário do Senado aprovou nesta terça-feira (24), por 44 votos a favor e 20 contra, a medida provisória que permite que as concessionárias de energia repassem para o consumidor final os custos de despesas extraordinárias provocadas pela estiagem na geração de energia hidrelétrica. A proposta do Executivo pretende compensar as hidrelétricas por eventuais perdas financeiras.

O texto, que já foi aprovado pela Câmara dos Deputados, seguirá agora para a sanção ou veto da presidente Dilma Rousseff. O Executivo contava com a aprovação da medida provisória antes do leilão das hidrelétricas cujos contratos de concessão venceram ou estão próximos do fim.

A proposta estabelece que, se houver uma seca muito forte, a tarifa da conta de luz poderá aumentar. Por outro lado, se tiver excesso de chuva e, conseqüentemente, maior geração de energia, o consumidor poderá ser beneficiado.

O governo justifica a necessidade da medida para equilibrar as perdas das empresas geradoras de energia devido à estiagem que atinge o país desde 2013.

Diante da seca, as empresas intensificaram o uso de usinas térmicas – que é uma energia mais cara – para conseguir cumprir seus contratos e acabaram com um rombo financeiro.

Leilão

Com o leilão marcado para esta quarta, o governo federal projeta receber R\$ 17 bilhões em bônus de outorga, sendo que R\$ 11 bilhões serão pagos no ato da assinatura da concessão, ainda neste ano. A equipe econômica conta com esses recursos para cumprir sua meta de déficit primário em 2015. Se a expectativa de receita com o leilão for frustrada, o déficit pode ser ainda maior.

O relator da proposta no Senado, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), destacou que a aprovação da medida provisória ajudará "sobremaneira" o caixa do Tesouro Nacional.

"Neste momento de fragilidade, trata-se de medida justa para a saúde fiscal da União", disse.

A aposta do Executivo é que a MP trará mais segurança jurídica para o setor em relação aos riscos da crise hídrica, tornando o leilão mais atrativo para interessados.

Oposição

Para dificultar a aprovação da medida provisória, senadores que fazem oposição ao governo se revezaram em discursos contra a MP, antes de o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), colocar o texto em votação.

O senador Aécio Neves (MG), presidente do PSDB, disse que o governo quer aprovar a medida provisória para reforçar os cofres públicos e que os consumidores brasileiros pagarão essa conta. "É mais uma medida extrema do governo federal para repor algum recurso aos cofres do Tesouro Nacional, maquiado pelo governo ao longo do último ano", disse o senador.

"Quem vai pagar essa conta no final serão os consumidores", completou. O senador José Serra (PSDB-SP) criticou o texto e afirmou, no plenário da Casa, que, com a aprovação da medida, a tarifa média da energia no Brasil crescerá 5%.

Para o presidente do DEM, senador José Agripino Maia (RN), a medida provisória "está mal explicada" e "pode gerar prejuízos para a sociedade".

O senador Reguffe (DF), que é do PDT - partido que tem inclusive o Ministério das Comunicações -, declarou que iria contra a orientação de seu partido e votaria contra a medida provisória. "Não é justo que consumidores paguem os erros do governo. O meu lado é o lado do consumidor", disse.

O líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS), argumentou que a medida foi necessária devido à escassez das chuvas. "Na verdade, tivemos um período ruim sob o ponto de vista hidrológico. Tivemos que despachar as usinas termoelétricas, que garantiram energia necessária para suprir o país", disse.

Jabuti

Antes de colocar a medida provisória em votação, Renan Calheiros colocou em apreciação a pertinência temática da matéria. Nesse momento, qualquer senador pode apresentar um requerimento para alegar que há dispositivos estranhos à medida provisória - os chamados "jabutis".

O senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) apresentou um requerimento e defendeu que há pontos que não poderiam estar no texto da MP. "A minha impugnação não diz respeito a nenhum jabuti, no sentido que essa expressão assumiu aqui. Não se trata de nada que pudesse desvirtuar o sentido da medida provisória. Apenas são dois dispositivos que atribuem ao Ministério de Minas e Energia (MME) competências novas - o que não poderia ser feito, por fugir ao escopo da medida provisória", disse.

Segundo o senador, não deveria estar no texto da MP o trecho que estabelece que caberá ao MME "definir a estratégia e a política de desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica", além da parte que coloca que o ministério terá como competência propor ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a política de desenvolvimento tecnológico do setor de energia elétrica.

O relator, senador Eunício Oliveira, respondeu ao senador Aloysio Nunes que o texto não contém assuntos diferentes ao tema principal. "Não há jabuti nesta MP. Todas as matérias são inerentes à questão de energia. Não há matéria estranha à MP", disse. O requerimento do senador Aloysio Nunes foi rejeitado pelo plenário.

Importação de chapas para tampas de latinhas cai 91%

25/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A compra de chapas de alumínio do exterior, usadas na fabricação das tampas de latinhas para bebidas, tem apresentado queda expressiva em 2015, na comparação com 2014, segundo dados compilados pela Abal (Associação Brasileira do Alumínio).

Entre janeiro e setembro do ano passado, foram importadas mais de 13 mil toneladas de chapas para tampas. No mesmo período deste ano, as empresas brasileiras trouxeram para o país 1,2 mil toneladas, uma retração de 91%.

A desaceleração na compra do produto, de acordo com a entidade, ocorre após o início da produção da peça pela Novelis em sua planta em Pindamonhangada (a 156 km da capital paulista).

Multinacional que atua na fabricação de produtos laminados, a empresa é a única no país que atualmente detém a produção do componente de alumínio para latas. A empresa investiu cerca de R\$ 340 milhões na expansão de sua fábrica do interior paulista, que teve sua capacidade de produção elevada para aproximadamente 600 mil toneladas por ano.

Entre os demais segmentos atendidos pela fabricante, estão os de eletrodomésticos e o setor automotivo. O alumínio tem ganho espaço de mercado. Apesar de uma queda na produção de cerveja, o envasamento em lata do produto subiu para 46% no primeiro semestre de 2015, segundo a Abal e a Abralatas.

***Fronteira africana**

O grupo paranaense Positivo vai começar a vender aparelhos smartphones na África Oriental. "A partir da base em Kigali [capital de Ruanda], onde inauguramos uma fábrica em agosto, vamos expandir para um mercado que cresce muito rápido", diz Hélio Rotenberg, CEO da empresa de informática e educação.

Uganda, Tanzânia e Quênia foram escolhidos pois fazem parte, como Ruanda, de um bloco econômico na região, o que facilita o escoamento da produção. O potencial de vendas nesses países, segundo o executivo, é equivalente a 20% do segmento no Brasil. "Agora estamos participando de licitações como a que já ganhamos em outros locais, como o Quênia."

A divisão de educação do grupo não chegou a ser afetada pela crise no Brasil, segundo Rotenberg. A maior parte dos alunos da empresa é do ensino básico, segmento menos atingido pelas dificuldades na economia.

"Não fechamos o planejamento de 2016, mas vamos propor ao conselho manter os investimentos de 2015, de cerca de R\$ 20 milhões."

*

Hora extra de sucesso

Os empreendedores brasileiros são os que mais dizem, dentre 11 nacionalidades, que vale a pena trabalhar além do expediente para ter um negócio de sucesso.

Dos entrevistados no Brasil pela Sage (companhia de softwares para médias e pequenas empresas), 84% concordam com a afirmação. A média em todos os países analisados ficou em 66%.

A pesquisa também aponta que apenas 10% dos ouvidos no Brasil não fazem hora extra durante a semana -a menor parcela verificada. Em seguida, ficou Portugal (11%).

A Austrália foi o que registrou a maior porcentagem de empreendedores (42%) que não realizam jornadas prolongadas, seguida por Reino Unido (35%), Canadá (33%) e Estados Unidos (31%).

*

Ferramentas

O valor acumulado de importações de bens de capital de janeiro a outubro deste ano registrou uma queda de 19% em relação ao mesmo período de 2014, segundo a Abimei (associação dos importadores de máquinas e equipamentos industriais).

É o pior indicador para o mês desde fevereiro de 2010.

Dos segmentos que mais sofreram, o que teve a maior contração nas importações foi o de máquinas-ferramenta (utilizadas para a produtividade industrial), com um tombo de mais de 28%.

Apenas o mercado de equipamentos fixos para transporte (usados sobretudo na construção civil) teve um desempenho positivo, com uma alta de 27% nas importações no acumulado até outubro.

As projeções da associação do setor apontam que 2015 deverá terminar com retração de pelo menos 24%.

*

Guerra... Na sequência de produtos lançados por operadoras de telefonia recentemente, a Vivo passa a oferecer novos serviços. No pós-pago, a empresa permitirá que o cliente use por 30 dias a franquia não utilizada durante o mês.

...por fiéis No pré-pago, a Vivo dará uma compensação pela fidelidade do cliente. Ganhará até 200 MB por mês quem fizer recarga mensal que totalize R\$ 35 ou mais. Ligações e SMS para a mesma operadora tornam-se ilimitados.

Aluguel As ações locatícias caíram 10% em outubro em relação a setembro. Na comparação com outubro de 2014, o recuo foi um pouco maior, de 11%, diz o Secovi. Foi a sétima queda consecutiva e o menor número de ações neste ano.

Artigo: O Brasil estuporado

25/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Fora da porta da cadeia, o Brasil parou. Das elites políticas e econômicas ao povo, o país vive em estado de estupor. Quem tem poder parece insensível à degradação; "a rua" parece incapaz de reações. O imobilismo encomenda para 2016 uma crise tão grande como a de 2015, provavelmente maior no que diz respeito ao desemprego e aos salários.

Estamos à espera do quê? De revolta? Ou vamos deslizar calados para um oceano de desgraça, tal como a lama da mineradora, aquela tristeza revoltante que escorreu do rio para o mar, sem que se fizessem muito mais do que muxoxos, além das indignações particulares?

Ontem soubemos de mais degradação do trabalho, pela nova pesquisa do IBGE, a Pnad Contínua. Pelos indícios, 2016 será pior. Nem seria razoável esperar que viesse a ser diferente, pois o mercado de trabalho reage com defasagem a outras piores da economia. Mas as elites governantes não demonstram nem preocupação de atenuar o drama.

O número de pessoas empregadas na melhor das hipóteses deverá ficar estagnado em 2015. No trimestre encerrado em setembro, era 0,2% menor que no período equivalente do ano passado. Como a Pnad Contínua é recente, com dados desde 2012, não é possível fazer comparações com outros períodos de desgraça.

Uma pesquisa algo similar, a Pnad anual, mostra que não houve regressão do número de ocupados pelo menos desde 2001, ao contrário (não é preciso lembrar que houve crise ruim até 2003).

A mesma Pnad anual mostra que o salário médio cresceu em média 4,5% de 2005 a 2013, os "anos dourados" dos governos petistas nesse quesito. Pela Pnad Contínua, o salário médio ainda cresceu 3,3% em 2013, 1,1% em 2014 e por ora está estagnado em 2015.

O número de pessoas que procura trabalho mas não encontra cresceu mais de 33%, na média nacional. Nos maiores Estados, onde vivem 80% dos brasileiros, a população desempregada cresce entre 20% e 50%, grave mesmo em regiões onde a crise ainda é menos forte.

Mais gente procura trabalho por causa de baixas de salário ou desemprego na família: a inflação come os rendimentos, os empregos novos pagam menos. O desemprego cresce mais entre os mais jovens, vários à margem do mercado de trabalho quando os dias eram melhores. Entre os jovens adultos (18 a 24 anos), a taxa de desemprego passou de 14% em 2014 para quase 20% neste ano.

Não há sinais de esperança. A crise é mais acelerada nas regiões metropolitanas maiores e no Sudeste, que dominam a economia e devem arrastar o restante do país. Se por mais não fosse, o tamanho da produção no ano (do PIB) que vem vai diminuir de novo em 2016.

O trabalho se torna mais precário (mais gente faz bicos). A taxa nacional de desemprego subiu de 6,8% em 2014 para 8,9% neste ano. Esta é a média. Em Salvador, o desemprego, habitualmente mais alto, já foi a mais de 16%. A taxa média nacional deve chegar a 10% em 2016, segundo estimativas de economistas mais ponderados e certos.

Pode ser pior: não há governo, não há decisão do Congresso, não há propriamente política econômica e a elite política prepara-se para tirar férias e voltar a sua guerrinha particular sórdida depois do Carnaval.

Vinícius Torres Freire - Está na **Folha** desde 1991. Em sua coluna, aborda temas políticos e econômicos.

Artigo: Oxigenação

25/11/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

A última semana parece ter revelado uma ligeira oxigenação do governo, particularmente da presidente.

Com imenso atraso, ela sinalizou que agora dá muito peso à opinião do ministro Levy e este, com não menos atraso, que sua preocupação é o crescimento. Em resposta ao incontornável "disse-que-me-disse", que pragueja todo Palácio e usa o "off" para disseminá-lo e dar alegria ao "mercado financeiro perfeito", Dilma foi enxuta: "Levy fica!".

Outro sinal interessante veio da longa entrevista que Lula concedeu à GloboNews. Negou que esteja ligado à campanha "Fora, Levy", promovida por notáveis aloprados do PT. No final do dia, a Bolsa subiu, a curva de juros melhorou e o real se valorizou...

O resultado confirma que o mercado responde mais ao que não sabe do que aos fatos.

Talvez sejam resultados da crença de que a reforma ministerial organizou a "base" política do governo, constituída por dez partidos, com 324 deputados, o suficiente para aprovar qualquer reforma constitucional na Câmara, o que está longe da verdade.

Não há relação de causa e efeito, mas é cada vez mais evidente que uma esperta facção do PMDB –aproveitando-se das circunstâncias– aplicou um 171 na presidente: vendeu-lhe o que não tem para entregar, como se verificou na aceitação dos corretos vetos a dois projetos teratológicos, um dos quais nem sequer foi aprovado no plenário da Câmara.

A aceitação dos vetos aos aumentos do Judiciário e à valorização do salário mínimo dos aposentados deveria nos dar mais preocupação do que tranquilidade. Por quê? Porque dos 324 deputados supostamente da base, menos de 30% (nas duas votações) apoiaram o governo! Para a rejeição dos vetos na Câmara, são necessários 256 votos (80% da "base"), mas eles não passaram de 132 (42% da "base" na votação do aumento do Judiciário) e 160 (49% da "base" na dos aposentados).

No voto do Judiciário foi por um triz: a "oposição" ao governo (a "traição" da base mais a "oposição") obteve 251. Com mais 6 votos a tragédia estaria feita: o veto teria sido rejeitado! Os vetos só foram rejeitados porque deixaram de votar (faltaram ou obstruíram) no caso do Judiciário, 129 deputados e no caso dos aposentados, 141. Um sinal lamentável.

O governo avançou com a fuga da sua base! Na "soi-disant" elite iluminada, surpreendeu o comportamento do PSDB: quatro quintos dos seus deputados votaram, irresponsavelmente, convictos, "no quanto pior, melhor"...

Dilma só pode ressuscitar o seu protagonismo com inteligente e competente reorganização política que dê solidez à sua "base" e lhe permita encaminhar as reformas constitucionais de que o Brasil carece para voltar a ser "normal"...

(Antônio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal).

Dassault Systèmes anuncia parceria com Grupo bluenove

25/11/2015 – Fonte: CIMM

A Dassault Systèmes anuncia sua parceria com o Grupo bluenove, consultoria de inovação com renome internacional. A cooperação irá transformar a entrega e acelerar a inovação para ajudar empresas a criar produtos, serviços e soluções.

Especialmente relevante para a indústria de alta tecnologia, a solução das empresas melhora a dinâmica de inovação dentro das organizações, envolvendo colaboradores internos e ambientes externos, como clientes, centros de pesquisa, universidades, empresas iniciantes e fornecedores.

O elevado nível de lacunas existente no mercado e a crescente fusão de alta tecnologia com transporte, saúde e outras indústrias pressionam cada vez mais as empresas a serem líderes no mercado para permanecerem competitivas.

O valor dessa parceria está na combinação da experiência em soluções para a indústria do portfólio de alta tecnologia da Dassault Systèmes, chamado de "Social Ideation", com a consultoria do Design Studio (metodologia de experience thinking) e a experiência da bluenove na entrega de métodos e ferramentas de software que apoiam a inteligência coletiva.

Baseada na plataforma 3DExperience, a "Social Ideation" é a primeira solução de gestão de inovação aberta baseada em Nuvem criada para fornecer mecanismos de cooperação social com a conexão de ideias com design de produtos em todas as fases do projeto de inovação.

Com a "Social Ideation", empresas de alta tecnologia podem acelerar a prototipagem de ideias em ativos tangíveis integrados nas carteiras de produtos.

"Tendências e tecnologias, como grandes volumes de dados, objetos conectados, serviços móveis e impressão 3D, estão mudando a forma como as empresas inovam – enquanto startups têm causado rupturas, grandes companhias estão criando programas abertos de inovação direcionados para a evolução das indústrias. Utilizando a plataforma 3DExperience, essas empresas podem atingir muito mais eficiência."

"Ideias, inteligência e dados gerados a partir das estratégias de inovação aberta da bluenove podem se conectar com o desenvolvimento de produtos em uma única plataforma, simplificando o processo global de inovação", afirma Martin Duval, Presidente e Diretor de Operações do Grupo bluenove.

"Para ser bem-sucedida, a inovação aberta deve preencher a lacuna entre a geração de ideias e sua transformação em produtos tangíveis. Com os serviços de consultoria do Design Studio, a solução industrial "Social Ideation" e a parceria com o Grupo bluenove, a Dassault Systèmes aumentará o apoio e desenvolvimento de iniciativas de inovação de clientes de alta tecnologia.

Nosso objetivo é reforçar a inspiração, a geração e a identificação das melhores ideias, facilitando a sua transformação em designs de ponta, excelência em engenharia e projetos bem-sucedidos", afirma Olivier Ribet, Vice-Presidente de Indústria de Alta Tecnologia da Dassault Systèmes.

Camex altera para 2% alíquota de importação de bens de informática e de capital

25/11/2015 – Fonte: R7

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu alterar para 2% as alíquotas "ad valorem" do Imposto de Importação incidentes sobre bens de informática e telecomunicação, na condição de ex-tarifário. A Resolução nº 111 está publicada no Diário Oficial da União desta quarta-feira, 25, e determina a alteração da alíquota até 30 de junho de 2017.

A lista de produtos inclui equipamentos para marcação de caixa para embalagem de medicamentos (cartuchos) por meio de impressão; transceptores ópticos; conectores, sensores móveis, entre outros. Esses produtos tinham alíquotas do imposto de importação que variavam entre 15% e 10%.

A Camex também editou a Resolução 112, que altera para 2% as alíquotas do imposto de importação incidentes sobre bens de capital, também na condição de ex-tarifários. Entre eles, tanques circulares fabricados em chapas de aço revestidas por epóxi fundido para armazenamento de água potável; motores marítimos de pistão; e fornos de reaquecimento de tarugos de aço.

No caso dessa lista, alguns produtos tinham alíquota zero, que agora será elevada para 2%; e outros tinham alíquota de 5%, que será reduzida a 2% também.

Aneel aprova texto sobre microgeração e minigeração distribuída de energia

25/11/2015 – Fonte: Em.com

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 24, a Resolução Normativa 482/2012, que vai facilitar e estimular a microgeração e minigeração distribuída de energia no Brasil.

O texto aprovado inclui, por exemplo, os conceitos de "autoconsumo remoto" e "geração compartilhada", os quais permitem que um gerador possa usufruir de créditos em outra unidade consumidora ou que consórcios possam ser constituídos, distante de seus locais de consumo, e possam definir o percentual da energia destinada a cada unidade consumidora que compõe esses consórcios.

"Essa é a decisão que colocará o Brasil na vanguarda da geração distribuída em termos mundiais e representa um fator importante para atrair investimentos para o Brasil, inclusive fabricantes de equipamentos", analisa o diretor executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSolar), Rodrigo Sauaia. "Com a nova regra, é possível atingirmos mais de um milhão de sistemas fotovoltaicos instalados até 2025", projeta.

De acordo com o especialista, o Brasil possui neste momento aproximadamente 1.300 sistemas operando, sendo quase a totalidade oriunda do aproveitamento dos raios solares. Para que o número seja multiplicado em quase 1.000 vezes no decorrer dos próximos dez anos, será fundamental não apenas a regulação favorável à geração distribuída, mas também a instalação de fabricantes no Brasil e a existência de opções de financiamento.

"Também estamos solicitando aos governos a redução da carga tributária", afirmou Sauaia. Além do fim da incidência do PIS/Cofins, conquistada no âmbito federal, a ABSolar também pleiteia a desoneração de ICMS, um compromisso já assumido por dez Estados, entre eles São Paulo e Bahia.

"Os Estados que assinaram o convênio (contra a cobrança do ICMS) respondem por mais de 50% da população brasileira", complementou. Juntos, ICMS e PIS/Cofins representam 40% do custo da energia.

O texto aprovado pela Aneel permite, por exemplo, que propriedades contíguas, termo que caracteriza condomínios residenciais, comerciais e industriais, possam instalar sistemas de micro e minigeração distribuída e serem beneficiados por um modelo compartilhado.

"É possível, portanto, que os condôminos instalem um sistema de micro ou minigeração distribuída no condomínio e utilizem os créditos para diminuir a fatura de suas unidades consumidoras. Esses créditos poderão ser divididos em porcentagens previamente acordadas", explica o relatório da Aneel votado nesta terça-feira, 24.

Na prática, o aval ao autoconsumo remoto e à geração compartilhada ampliam a flexibilidade por parte dos geradores, em termos geográficos, e reduzem o custo, uma vez que um único sistema poderia ser usufruído por diferentes unidades consumidoras.

Outro aspecto importante, destaca Sauaia, está relacionado à simplificação e padronização dos formulários que deverão ser preenchidos pelos interessados. Além disso, até o início de 2017, as distribuidoras de energia serão obrigadas a instalar sistemas eletrônicos que permitam ao consumidor o envio da solicitação de acesso ao sistema de distribuição.

79% dos empresários entrevistados demitiram em 2015, mostra pesquisa da CNT

25/11/2015 – Fonte: Em.com

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Transportes (CNT) com representantes do setor apontou que 79,1% dos entrevistados realizaram demissões de trabalhadores neste ano.

De acordo com o estudo, o fraco desempenho econômico e a retração da demanda dos setores produtivos têm levado os transportadores a reduzir seus quadros de funcionários.

O levantamento "Sondagem Expectativas Econômicas do Transportador", realizado anualmente pela CNT desde 2012, entrevistou 713 empresas de todos os modais (rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo), de cargas e de passageiros.

Segundo a confederação, o estudo revela um quadro de pessimismo e falta de perspectiva de melhoria a curto prazo sobre a economia do País. "O momento é de alerta e inspira cuidados nos diversos segmentos do transporte. No ano passado, os transportadores já não se mostravam otimistas mas, agora, a situação está ainda mais grave", afirma o presidente da CNT, Clésio Andrade, no levantamento.

Na sondagem, 54% dos entrevistados disseram que deverão ter redução da receita bruta na comparação com 2014. Ainda de acordo com o estudo, 86% dos transportadores entrevistados não confiam na gestão econômica do governo federal e 49% acreditam que o País só voltará a crescer em 2017. Outros 19,6% esperam crescimento somente em 2018.

Cargas

Apenas em relação aos representantes do setor rodoviário de cargas, 57,2% dos entrevistados perceberam aumento do número de casos de roubo de cargas nas áreas em que atuam.

Em contrapartida, no modal ferroviário de cargas, 60% das empresas esperam aumento do volume movimentado em 2015 e 2016 e 66,77% das companhias de transporte aéreo estimam elevar o número de passageiros no próximo ano.

Ao falar sobre crise na economia, infraestrutura e atividade transportadora, os entrevistados também indicaram os principais entraves ao crescimento do setor. Para 67,7%, a elevada carga tributária é um dos principais problemas do setor de transporte.

O 1º trimestre de 2016 será a hora da verdade

25/11/2015 – Fonte: Valor Econômico

Hora da verdade, ponto de decisão. As nomenclaturas podem variar um pouco, mas o primeiro trimestre de 2016 é aguardado com ansiedade por analistas econômicos e políticos.

O cenário mostra que neste período o mercado de trabalho mostrará plenamente os efeitos da recessão, os preços estarão ainda altos e o cenário de "dominância política" deverá persistir, impedindo que a agenda fiscal avance no Congresso.

Com a inflação elevada e desemprego crescente, a "sensação térmica" da população sobre a economia pode piorar sensivelmente nos primeiros três meses do ano que vem, avaliam economistas do Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da Associação

Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), que se reuniram ontem no Valor.

Para eles, esse cenário será importante tanto para o Banco Central quanto para o quadro político. Quando a sensação de bem-estar da população efetivamente se deteriorar, restará ver de que forma isso afetará os preços - sobretudo do setor de serviços, que insiste em não ceder - e os ânimos.

Entre os que acompanham a política, existe a sensação de que, se o governo superar o primeiro trimestre, a hipótese do impeachment da presidente Dilma Rousseff perderia força. Para alguns dos economistas, isso pode ter relação com esse momento em que vai "cair a ficha" da população.

A avaliação geral é que, embora as projeções para o Produto Interno Bruto (PIB) mostrem redução mês a mês, o fundo do poço ainda está longe. "É um situação de dominância política", resume Luiz Fernando Figueiredo, sócio-diretor da Mauá Capital e ex-diretor do Banco Central, em brincadeira sobre o debate em torno da tese de que o Brasil estaria em dominância fiscal.

"O lado político não está dando espaço para que questões como rigidez dos gastos, excesso de indexação da economia e aumento de despesas sejam resolvidos. Nós temos o diagnóstico, sabemos o que precisa ser feito, já estamos sofrendo os efeitos da crise, mas estamos dominados por essa situação de impasse do lado político, que não permite enxergar melhora", diz.

A deterioração marcante das expectativas é um sintoma desse impasse. As instituições que compõem o Comitê da Anbima projetavam para 2015 crescimento de 2% no início do ano passado. Hoje, o melhor cenário é de queda de 2,4% e o consenso aponta retração de 3,1% do PIB.

Para 2016, a previsão de recuperação feita no início do ano cedeu espaço a estimativas de recuos cada vez maiores do PIB. A mediana das projeções está em -2,1%, "mas pelo teor do debate, o viés ainda é de baixa para esses números", avalia Marcelo Carvalho, economista-chefe para América Latina do BNP Paribas.

Para Fernando Honorato Barbosa, economista-chefe da Bradesco Asset Management, não há variável hoje que explique o tamanho do tombo previsto para a atividade econômica.

"O que explica o que está acontecendo é o fato de que as decisões de investimento e consumo estão sendo adiadas por causa do cenário de incerteza". Ele lembra que a retração de 3% estimada para o PIB pode ser decomposta em contribuição negativa de seis pontos da demanda doméstica, enquanto o setor externo deve adicionar três pontos à atividade.

"A sensação das pessoas é muito pesada basicamente por causa desses 6% de queda [da absorção doméstica], mas a nossa avaliação é que a percepção das pessoas em geral ainda não se ajustou ao que vai ser a economia em 2016", diz ele.

A crise ainda pode se intensificar significativamente no ano que vem, diz Carlos Kwall, economista-chefe do Banco Safra. "O ano está acabando de forma infinitamente pior do que começou", argumenta ele, que espera um primeiro trimestre bastante difícil, já que os efeitos do aumento do desemprego serão mais sentidos pela população. Para ele, há ainda neste ano uma rede de proteção social que minimiza os efeitos da piora do mercado de trabalho, como o seguro-desemprego.

"Mas vamos ter um ano de recessão forte seguido de outro ano de recessão forte. O desemprego vai voltar para o que era no início do governo Lula, e as pessoas vão sentir isso", afirma.

Segundo Kawall, a taxa de desocupação só já não subiu para 9% porque a taxa de participação da população em idade ativa no mercado de trabalho surpreendentemente caiu. "Caso contrário, poderíamos já estar falando em desemprego de 9% agora e de 10% na virada do ano", diz ele.

Honorato afirma que o resultado dessa combinação entre inflação alta e desemprego crescente será uma piora grande da sensação de bem-estar. O primeiro trimestre seria o momento em que a sensação da crise atingiria de fato a população e cairia a ficha.

"Sem dúvida, no primeiro trimestre a sensação vai ser muito pior do que hoje, por causa do desemprego", concorda Figueiredo, da Mauá Capital. Nos preços, o ajuste feito este ano nos administrados foi ambicioso, avalia. "Na campanha, falavam que o [Eduardo] Giannetti [assessor da candidata Marina Silva] era muito liberal, mas não sei se ele teria coragem de fazer o ajuste feito", diz ele, lembrando que a tarifa de energia subiu 50%.

A possibilidade de avanços concretos no ajuste fiscal foi vista com bastante ceticismo. "Há uma lacuna com o encaminhamento do ajuste fiscal", diz Kawall, do Safra.

O problema mais grave, na visão dele, não é apenas a situação de curto prazo, apesar das várias incertezas que envolvem o resultado primário do ano que vem.

"Minha preocupação é que estamos gastando muito tempo discutindo 2016 - se aprova repatriação de recursos, CPMF, privatização do ativo A ou B -, mas isso não é solução, isso continuará a manter a bola de neve da dívida crescendo", diz ele. Neste cenário, diz, não há confiança que se recupere.

Para alguns, porém, a piora "contratada" da atividade para os próximos meses, com maior desconforto da população, pode ser uma pressão "positiva" sobre o impasse político.

"O Congresso funciona à base de pressão, e ela vai aumentar bastante até o fim do primeiro trimestre. Isso pode amenizar o ambiente dali para frente", afirma Figueiredo, que pondera que esse não é o cenário que considera mais provável.

Para ele, hoje as forças políticas estão divididas e buscam ocupar o espaço deixado por um governo muito enfraquecido. "Mas há diferença entre ocupar espaço se o governo muda, com impeachment, ou se segue até 2018. Enquanto esse imbróglio não se resolve, ninguém se posiciona", afirma, o que torna difícil aprovar o ajuste.

A maior probabilidade, afirma Carvalho, é que o Brasil empurre os problemas com a barriga - "muddle through", na expressão em inglês. "Mas há a ideia de que economia tem repercussão sobre a política e ainda não chegamos ao fundo do poço. Talvez essa sensação de urgência dada pela deterioração da economia seja condição necessária para eventual melhora. É difícil ter uma coisa sem ter a outra", afirma.

Figueiredo adverte, porém, que isso não significa um cenário de equilíbrio estável para o país. "A piora não será linear, vamos piorando em degraus, com grandes chances de perda de grau de investimento por mais uma agência."

Cenários para 2016

Projeções para os principais indicadores

| | Mínimo | Mediana | Máximo |
|--|--------|---------|--------|
| Taxa Selic em dezembro (% ao ano) | 11,25 | 13,25 | 16,25 |
| Ptax em 31/12 (R\$) | 3,80 | 4,17 | 4,50 |
| Resultado fiscal primário (%) | -1,50 | -0,85 | -0,10 |
| Balança comercial (US\$ bi) | 8,0 | 35,4 | 42,6 |
| Saldo de transações correntes (% do PIB) | -3,5 | -2,2 | -1,0 |
| Taxa de crescimento do PIB (%) | -3,5 | -2,02 | -1,2 |
| Taxa média de desemprego – IBGE (%) | 7,2 | 9,3 | 10,8 |
| IPCA | 5,5 | 6,9 | 8,0 |

Fonte: Comitê de Acompanhamento Macroeconômico-Anbima

Vale levava rejeitos para barragem da Samarco que se rompeu

25/11/2015 – Fonte: Época Negócios



A mineradora Vale transportava rejeitos de minério de ferro de minas que mantém na região de Mariana para a represa da Samarco que rompeu no dia 5 de novembro. Com a queda da barragem, a lama destruiu o distrito de Bento Rodrigues e chegou, via afluentes, ao Rio Doce, em uma das maiores tragédias ambientais do País.

Até o momento foram confirmadas oito mortes. Três corpos ainda não foram identificados e onze pessoas estão desaparecidas. No sábado, a lama chegou ao litoral de Regência, distrito de Linhares, no Espírito Santo, onde o Rio Doce deságua.

A Vale afirmou em nota que o uso que fazia da barragem de rejeitos de minério de ferro de Fundão, no distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, era regido por contrato e que o termo dava a Samarco, dona da represa, como "responsável pela gestão, controle e operação dessa deposição".

A Samarco é controlada pela Vale e pela empresa anglo-australiana BHP Billiton. O texto diz também que o material enviado para Fundão vinha da unidade de Alegria, uma das minas da Vale na região.

O total de rejeitos transportados pela empresa para a represa da Samarco, ainda conforme a Vale, era de 5% do que era depositado anualmente na barragem. Na segunda-feira, 23, o presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), Marcio Lacerda, prefeito de Belo Horizonte, se reuniu com representantes de 15 municípios atingidos pela lama que vazou da barragem em Bento Rodrigues.

Além de compensações financeiras para as prefeituras, que perderam arrecadação com a paralisação de empresas que dependiam da água do Rio Doce, foi discutido ainda medidas de longo prazo, como a reconstrução de Bento Rodrigues. Segundo a Defesa Civil, com o volume de lama, o vilarejo terá que ser erguido em outra área.

Peugeot lança campanha câmbio automático grátis para 208

25/11/2015 – Fonte: Automotive Business



A Peugeot passa a oferecer o hatch 208 versão topo de linha Griffé com desconto de R\$ 3,7 mil referente à oferta gratuita do câmbio automático. O modelo foi lançado em junho deste ano como opção integrante da família 2016 do 208 e tem preço sugerido de R\$ 62.890. A oferta vale até o fim deste mês.

“Oferecemos uma condição muito atraente aos consumidores que desejam um veículo diferenciado, que conta com itens exclusivos e o conforto da transmissão automática.

Com essa promoção, reforçamos o nosso compromisso com o consumidor brasileiro, além de conquistar novos clientes para a marca”, comenta Frederico Battaglia, diretor de marketing da Peugeot do Brasil.

O Peugeot 208 Griffé é equipado com motor 1.6 flex com o sistema flexstart, que dispensa o uso de tanquinho auxiliar de gasolina para partida a frio. É o mais equipado da gama.

Ele conta com interior tecnológico do i-cockpit, com volante de dimensões reduzidas, painel de instrumentos elevado e central multimídia ergonômica multifuncional com tela de 7 polegadas colorida sensível ao toque, além de sensor de estacionamento traseiro, regulador e limitador de velocidade e seis airbags, entre outros itens de série.

Queda do minério de ferro pressiona gigantes da mineração, como a Vale

25/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A queda nos preços do minério de ferro, perto de mínimas em uma década, lança nova luz sobre as principais mineradoras e suas estratégias de produzir minério em níveis recordes.

Ainda que os preços já estejam fracos há tempos, os temores de um excesso de oferta aumentaram nos últimos dias, após a divulgação de evidências de que há uma desaceleração na produção de aço da China, maior consumidora, de longe, de matéria-prima para a produção de aço.

A queda nos preços do minério de ferro ocorre em um momento ruim para grandes produtoras, entre elas a anglo-australiana BHP Billiton e a brasileira Vale, que contabilizam os custos do rompimento no início de novembro de uma barragem da Samarco, empresa que tem a BHP e a Vale como proprietárias. As duas companhias são as maiores produtoras de minério de ferro, ao lado da Rio Tinto.

O minério de ferro recuou para US\$ 43,40 a tonelada na terça-feira, em queda de 12% neste mês e bem abaixo da máxima de 2011 de US\$ 191, segundo dados da fornecedora de dados The Steel Index. A queda gera dúvidas sobre o sucesso da estratégia das companhias de manter a produção em níveis recordes, diante dos preços fracos.

A BHP e a Rio Tinto foram criticadas por alguns investidores e por concorrentes e também por parlamentares da Austrália, segundo os quais elas estão puxando os preços para baixo, ao produzir mais do que o mercado demanda. Em maio, o governo australiano avaliou a possibilidade de realizar uma investigação parlamentar sobre o tema, mas a ideia acabou arquivada.

As duas gigantes australianas da mineração têm argumentado que o minério de ferro é negociado livremente em um mercado global e que as expansões foram planejadas anos atrás e são do interesse dos acionistas.

A estratégia delas é produzir o máximo possível com custo baixo, em vez de extrair menos e aguardar a alta nos preços. Graças à economia de escala, elas ainda geram uma margem razoável a cada tonelada, mesmo com os preços fracos.

Ainda assim, os lucros de ambas - que dependem fortemente do minério de ferro para suas receitas - caíram fortemente. O lucro líquido da BHP recuou 86% na comparação anual até junho. A saúde financeira da companhia é acompanhada com atenção pelo mercado, após o presidente Jac Nasser qualificar 2015 como "um dos anos mais difíceis" nos 130 anos de história da empresa.

Os acionistas temem que a mineradora não consiga cumprir seu compromisso de longo prazo de manter ou elevar os dividendos a cada ano, em meio ao recuo nos preços das commodities.

"Com os preços à vista, cortes na política de dividendos progressivos da BHP parecem inevitáveis", disse o banco australiano Macquarie nesta quarta-feira. O preço da ação da BHP atingiu nas últimas semanas a mínima em dez anos na Austrália, após o rompimento das barragens em Mariana.

Alguns analistas estimaram que os custos com a limpeza devem chegar a cerca de US\$ 1 bilhão, ainda que a Vale e a BHP tenham dito que a responsabilidade pelas operações da Minera é da Samarco, joint venture de ambas, mas que é operada de maneira independente.

Mesmo com cortes na produção, o mercado de minério de ferro deve ainda ter excesso de oferta de 150 milhões de toneladas por volta de 2018, afirmou o analista de metais e mineração Andreas Bokkenheuser, do UBS.

A produção da BHP aumentou 14%, para um recorde de 233 milhões de toneladas no ano até junho. A Rio Tinto também está produzindo mais. Enquanto isso, a Vale constrói uma operação de US\$ 16 bilhões, que ela chama de "o maior projeto na nossa história e na mineração internacional".

O Citigroup avalia que a oferta abundante pode levar os preços para abaixo de US\$ 40 a tonelada no início do próximo ano, com a China produzindo menos aço. A Associação Mundial de Aço, um órgão da indústria, disse que a produção chinesa recuou em 3,1% em outubro, na comparação anual.

PSA Peugeot Citroën firma parceria com Transport & Environnement

25/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A PSA Peugeot Citroën firmou parceria com a ONG Transport & Environnement para oferecer informações precisas sobre as emissões de poluentes dos carros ao mercado e aos clientes da marca. A montadora e a entidade trabalharão para medir e oficializar os dados em condições reais de uso dos automóveis.

As informações serão focadas, principalmente, no nível de óxidos de nitrogênio (NOx) lançados pelos carros na atmosfera e devem ser oferecidas até 2017. As medições serão feitas em testes nos arredores de Paris, incluindo áreas urbanas e rodovias.

A empresa destaca que o procedimento fará parte do processo de qualidade da fabricante, mas os resultados serão auditados por um órgão independente que ainda não foi definido.

A cooperação é uma clara resposta da PSA ao dieselgate, escândalo causado pela fraude da Volkswagen em 11 milhões de motores para que eles burlassem o controle de emissões. Dessa forma, os veículos eram mais poluentes do que o permitido pela legislação de vários países, incluindo o Brasil, onde a empresa vendeu a Amarok com propulsor adulterado.

Apesar de o problema ter sido enfrentado na Volkswagen, ao lado da Transport & Environnement a PSA Peugeot Citroën pretende oferecer mais transparência aos consumidores e, assim, ficar longe de qualquer respingo que o escândalo possa ter em outras montadoras.

Fabricante de chips Microsemi compra PMC-Sierra

25/11/2015 – Fonte: Exame



A fabricante de chips Microsemi comprará a empresa PMC-Sierra em uma operação avaliada em 2,5 bilhões de dólares, um dia após a Skyworks Solutions deixar a disputa e anunciar sua falta de interesse em adquirir a companhia.

Microsemi, que fabrica equipamentos de chips e fornece softwares para dados em nuvens, está buscando expandir sua oferta de telecomunicações, centro de dados e clientes em nuvens através da aquisição da PMC-Sierra.

Os fabricantes de chips têm adquirido empresas dentro do setor em um ritmo recorde este ano devido a uma alta dos custos, maior demanda por chips mais baratos e necessidade de diversificação da área de novas tecnologias.

Os termos da oferta da Microsemi divulgados nesta terça-feira são os mesmos da semana passada, 9,22 dólares em dinheiro e 0,0771 títulos da Microsemi por cada ação.

O acordo, aprovado pelos conselhos da Microsemi e PMC-Sierra, não requer a autorização dos acionistas da Microsemi, disseram as empresas

Nelson Barbosa defende mais investimentos

25/11/2015 – Fonte: Diário do Comércio

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, afirmou ontem que o Brasil vive uma fase de transição e adaptação da economia em que é necessário ajustar a política econômica a mudanças na economia local e mundial.

Segundo ele, o crescimento do País está muito relacionado ao desempenho dos investimentos. “Então, a retomada do crescimento depende do investimento, especialmente daquele que vai à frente da demanda, que exige planejamento e previsibilidade macroeconômica, que é o investimento em infraestrutura”, afirmou, durante evento sobre o tema na capital paulista.

Segundo Barbosa, a atual fase é de construção das bases de um novo ciclo de crescimento e é papel do governo aumentar a previsibilidade e reduzir o risco macroeconômico para viabilizar grandes projetos. “A crise também gera oportunidades”, disse a uma plateia de empresários do setor de infraestrutura.

O ministro afirmou ainda que há esforço por parte do governo para atrair mais investidores estrangeiros. “Estamos revisando prazo entre o anúncio do edital e a realização do leilão para que investidores internacionais tenham mais tempo de analisar projetos e venham não só como investidores, mas também como construtores”, afirmou.

O ministro do Planejamento afirmou, ainda, que a revisão da estimativa do governo de queda do PIB de 1,0% para 1,9% em 2016 traz dentro dela uma recuperação da economia no segundo semestre do ano que vem. “Essa é uma projeção que é feita por modelos macro, feita pelo ministério da Fazenda”, disse Barbosa.

“É uma projeção que infelizmente ainda é de redução do nível de atividade no ano que vem, mas ele traz embutido também uma recuperação no segundo semestre de 2016. Há uma queda no primeiro (semestre) e recuperação no segundo.”

Para ele, a previsão, como toda e qualquer projeção está sujeita a revisões. “E estamos trabalhando para que o crescimento se recupere o mais rápido possível”, disse.

“É bom lembrar que as projeções são atualizadas. Essas projeções indicam o que é a expectativa do mercado e dos modelos hoje. Ela não significa que é uma realidade inevitável. Nos podemos recuperar o crescimento mais rapidamente e para isso estamos trabalhando.” Segundo Barbosa, “houve uma redução da atividade mais do que o esperado no final deste ano e isto tem efeitos estatísticos para 2016.”

Para o ministro, alguns fatores devem ajudar na recuperação da economia no segundo semestre de 2016, especialmente o comércio exterior, com a ajuda do câmbio, e investimentos.

“Este ano, apesar da previsão de uma queda de 3% (do PIB), a previsão de recuperação do saldo comercial deve contribuir com quase dois pontos percentuais de crescimento”, destacou o ministro.

“Então, você tem uma recuperação do saldo comercial que deve continuar no próximo ano, com esse câmbio mais favorável, com a recuperação mundial”, avaliou.

Produção cai e estoques da indústria se mantêm elevados

25/11/2015 – Fonte: Portal da Indústria

A produção industrial teve mais uma queda em outubro e os estoques continuam elevados. O índice de evolução da produção atingiu 44,6 pontos enquanto o de estoque efetivo em relação ao planejado assinalou 52 pontos. As informações são da Sondagem Industrial divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira (23). Os indicadores variam de zero a cem pontos. Valores abaixo de 50 indicam queda na produção e estoques abaixo do planejado.

De acordo com a pesquisa, a produção industrial manteve a tendência de queda, mesmo sendo usual um crescimento na comparação com setembro. “O período mais favorável não evitou a queda na produção, mas a tornou menos intensa”, destaca o documento. Isso porque o índice de evolução da produção, que registrou 42 pontos em setembro, cresceu em outubro e está mais próximo dos 50 pontos.

A indústria operou, em média, com 66% da utilização da capacidade instalada, sete pontos percentuais abaixo do registrado em outubro de 2014. O fraco desempenho do setor continua reduzindo o emprego no setor. O índice de evolução do número de empregados assinalou 42,2 pontos em outubro. Indicadores abaixo de 50 pontos sinaliza queda no emprego.

EXPECTATIVAS – Em novembro, as perspectivas dos empresários em relação à demanda, às compras de matéria-prima, ao número de empregados e aos investimentos continuaram negativas, com indicadores abaixo da linha dos 50 pontos. Enquanto o índice de números de empregados ficou em 40,5 pontos neste mês, o de demanda assinalou 43,5 pontos e o de compras de matéria-prima registrou 41,4 pontos. O indicador de intenção de investimentos foi de 40,8 pontos.

As perspectivas sobre as exportações são de estabilidade no volume enviado ao exterior. O índice de quantidade exportada registrou 50,6 pontos em novembro. Houve retração do indicador na comparação com outubro, quando assinalou 52,5 pontos.

A Sondagem Industrial foi feita entre 2 e 12 de novembro, com 2.406 indústrias de todo o país. Dessas, mil são pequenas, 870 são médias e 536 são de grande porte.